

A LEGISLAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL CONSECUTIVA À PESTE NEGRA DE 1348 E SUA SIGNIFICAÇÃO NO CONTEXTO DA DEPRESSÃO DO FIM DA IDADE MÉDIA (I) (*).

VICTOR DEODATO DA SILVA

Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Entre 18 de junho de 1349 (data da promulgação da *Ordinance of Labourers*) e 2 de novembro de 1351 (data em que Pedro, o Cruel decretou a última das 4 ordenações destinadas ao reino de Castela) verificou-se na Europa Ocidental, ao menos no quadro das grandes monarquias nacionais nascentes, um fenômeno sumamente interessante porque inédito: o estabelecimento praticamente simultâneo e generalizado de legislações destinadas a coibir as altas nos preços das mercadorias e serviços e a exigência de salários inusitadamente elevados por parte dos trabalhadores. Embora diferindo entre si quanto à forma com uma certa frequência, tais ordenações coincidiam, pelo menos quanto ao essencial, nas medidas adotadas. Estamos, portanto, diante de uma tendência que poderíamos classificar como ecumênica. Esse ecumenismo legislativo correspondia, por sua vez, a um acontecimento de proporções mundiais (se se aceitar a validade de se levar em consideração apenas o Velho Mundo, visto que a América, a África ao sul do Saara e a Oceania ainda não tinham entrado no circuito histórico): a Peste Negra, que, tendo eclodido em 1338-1339 na Ásia Central, percorreu a Eurásia e Norte da África em toda a sua extensão, ainda provocava vítimas em proporções consideráveis em 1350, embora a sua ação intensa na Europa esteja concentrada no

(*) . — Com este número da *Revista de História* iniciamos a publicação de tese de doutoramento do Licenciado Victor Deodato da Silva, defendida em 1971 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (*Nota da Redação*).

período situado entre 1347 e 1349. Não era esta a primeira epidemia conhecida pelo Velho Mundo, tendo se verificado outras, tanto antes quanto depois, nas várias regiões que o compunham. Nenhuma, porém, conseguiu se difundir de forma tão generalizada e nisto reside seu interesse, sobretudo considerando-se que a sua gravidade foi tal que provocou a intervenção das autoridades no sentido de obviar seus efeitos mais negativos.

Somente a singularidade de uma tal situação, representando a primeira intervenção sistemática em larga escala no Estado no setor econômico e social desde a dissolução do Império Romano, já justificaria amplamente um estudo conjunto dessa legislação, não obstante as frequentes alusões à sua ineficácia, a qual, aliás, foi provavelmente muito menos completa do que se pretende, visto que os referidos diplomas legais mereceram, em muitos casos, providências reiterativas, o que não ocorreria se, ao menos para os contemporâneos, a sua inanidade fosse tão óbvia. Ora, ocorre que, independentemente de quaisquer divergências a respeito da oportunidade das ordenações destinadas a por cobro às anomalias no setor dos salários e dos preços, o fato é de que estas testemunham mais do que uma crise passageira, que tinha na Peste Negra a sua única razão de ser, representando sob muitos aspectos uma comprovação eloquente da profundidade das dificuldades em que se debatia a Europa Ocidental, sendo que, em certos casos, como veremos oportunamente (sobretudo em relação à França e a Portugal), a epidemia se constituiu mais num agente precipitador do que em provocadora absoluta ou causa exclusiva. Em outras palavras, pensamos que a legislação econômica e social objeto do presente trabalho não se constituiu tão somente numa iniciativa motivada por uma emergência mas também num sintoma expressivo de dificuldades mais amplas, corporificadas na depressão do fim da Idade Média.

Isto porque, no que diz respeito à Europa, não representou a Peste Negra a única dificuldade a ser enfrentada. Há antes, atualmente, um amplo consenso entre os historiadores no sentido de admitir que a crise foi generalizada e afetou os mais variados setores da vida e das atividades da Europa no período, constituindo-se nos "tempos difíceis" (1) e abrangem toda a fase final da Idade Média, ou seja, os séculos XIV e XV. Nem sempre, porém, existiu entre os historiadores uma consciência tão nítida do caráter de crise generalizada desse período. Se da intuição de tal concepção existiram exemplos anteriores, desenvolveu-se ela sobretudo após a crise de 1929, sentin-

(1). — Esse é o título da terceira parte do livro de Ed. PERROY, *et alii*, *Le Moyen Âge*... [40], pp. 401 sqq.

do os historiadores a existência de certas afinidades entre os dois períodos (2).

Isto nos conduz ao problema da necessidade de caracterização precisa de nossos objetivos e dos limites de nossa investigação. Evidentemente, se pretendemos estudar a legislação sobre salários e preços em função da crise do fim da Idade Média, não podemos nos omitir de tratar desta última, mas o faremos, porém, a título de simples ilustração, sem quaisquer pretensões a inovar nesse setor, evocando tão somente algumas interpretações significativas a respeito, procurando caracterizar alguns de seus elementos constituintes básicos e indicando as dificuldades para se chegar a uma conclusão definitiva a respeito, sendo que podemos adiantar que a principal nos parece residir na insuficiência de séries contínuas de cifras, essenciais sobretudo em relação aos aspectos econômicos e demográficos. Assim, fique claro que não pretendemos nem fazer um estudo historiográfico exaustivo, o qual, inclusive, já foi objeto de um trabalho autônomo (3) e nem elaborar uma nova “teoria” para explicar a referida crise, mas simplesmente proceder a um exame crítico, embora perfunctório, dos problemas ligados à sua caracterização e amplitude, à guisa de introdução e para melhor situar nossa temática.

Visto que a promulgação da legislação que vamos estudar foi motivada pelas devastações da Peste Negra, esta teria que merecer nossa atenção. Todavia, como acontece com relação à crise do fim da Idade Média, julgamos útil deixar bem claro que este não é exatamente um trabalho sobre a grande pandemia — o que não implica em negar a oportunidade de um novo esforço de síntese a seu respeito (4) — mas apenas e tão somente dedicadas a um dos aspectos de seu

(2). — “Lorsque, après la crise de 1299, les historiens... réalisèrent l'importance des fluctuations économiques pour des périodes à la fois longues et brèves: d'où quelques très bons ouvrages sur les chiffres anglais”. R. H. HILTON, *L'Angleterre économique...* [81], p. 557.

(3). — O nosso trabalho já se encontrava elaborado quando tivemos acesso à excelente obra de Fr. GRAUS, *Das Spätmittelalter als Krisenzeit...* [77] e a ela encaminhamos os leitores interessados num exame exaustivo das teorias sobre a depressão do fim da Idade Média. Todavia, na ausência de divergências fundamentais em nossos pontos de vista, nas notas ao nosso primeiro capítulo limitamo-nos, sem introduzir alterações no nosso texto, a indicar as passagens alusivas às interpretações por nós evocadas.

(4). — Recentemente, tivemos a publicação de dois livros com caráter de síntese: ZIEGLER, *The Black Death*, New York, 1969 [143] e G. DEAUX, *The Black Death* (New York, 1969), mas ambos se constituem em obras de diletantes e não no melhor sentido do termo. Apesar de uma excessiva ênfase no pitoresco e de não raros erros (por exemplo, ao estabelecer conexões entre os Flagelantes do continente e os *Lollards* da Inglaterra, quando esta última

influxo, no caso a legislação. Assim, de uma maneira geral, abstermo-nos de pesquisas sistemáticas a respeito em fontes literárias ou diplomáticas no capítulo dedicado ao exame de conjunto da epidemia e suas consequências, limitando-nos a sintetizar as principais aquisições da ciência histórica e campos de conhecimento afins sobre a matéria. Nos capítulos mais especificamente dedicados às legislações das várias monarquias nacionais, procuramos preliminarmente fazer um ligeiro retrospecto conjuntural, incluindo algumas especificações relativamente à difusão e repercussões do mal em cada caso e, no que tange ao reino do Aragão — enquanto aguardamos o trabalho de conjunto anunciado pela Professora Amada López de Meneses — utilizamos a documentação por ela publicada (5) para extrair os elementos úteis aos nossos propósitos. Esse procedimento, porém, representa uma exceção pois, via de regra, nos limitamos a sintetizar os elementos disponíveis na bibliografia sobre a questão, apontando simultaneamente as lacunas existentes.

Isto porque — e aqui tocamos na essência mesma de nossos objetivos — preferimos concentrar nossas atenções na aludida legislação, algo que raramente foi feito quanto às ordenações tomadas isoladamente e, nunca, tanto quanto seja do nosso conhecimento, no que se refere ao seu conjunto. Até agora, o autor que mais sistematicamente utilizou a documentação que serve de base ao nosso trabalho foi Kowalewsky (6), mas sem chegar a erigi-la em objeto específico de suas pesquisas, como é o nosso caso sendo que, ademais, ele não chegou a detectar todas as ordenações atualmente conhecidas (7). Os diplomas legais ingleses, que estão entre os mais frequentemente citados, foram objeto das atenções de Th. Rogers quanto à sua significação (8), sem que chegassem a ser propriamente analisados e, além do mais, num trabalho que, não obstante seu caráter pioneiro e grande qualidade, já é bastante antigo e, nessas condições, pouco afinado com as concepções atuais a respeito do período; a obra de Putnam

seita somente se constituiu cerca de um quarto de século depois da Peste Negra de 1348), o livro de ZIEGLER, bem escorado bibliograficamente, ainda pode ser levado em conta, mas a obra de DEAUX positivamente não nos parece reunir condições mínimas para tanto, não obstante a propriedade eventual de determinadas passagens.

(5). — LOPEZ DE MENESES, *Documentos...* [4] *passim*.

(6). — *Die ökonomische Entwicklung Europas...*, vol. 5, pp. 222-445 [147].

(7). — As principais omissões são as dos documentos portugueses e aragonês, enquanto com relação a Castela ele somente utilizou uma das versões — aliás, muito difícil de ser identificada, dado o tratamento que ele deu à questão — e de que encontrou cópia no *British Museum*.

(8). — *Histoire du travail...*, pp. 199 sqq. [155]; *The Economic Interpretation...*, pp. 23 sqq. [156].

(9), também de grande valor, trata, por seu turno, muito mais da aplicação da legislação do que da essência de seu conteúdo. As ordenações francesas, por outro lado, foram estudadas em alguns de seus aspectos apenas (10), inexistindo análises em toda a extensão. Ao passarmos aos reinos ibéricos é justo ressaltar um trabalho do professor Verlinden (11), em virtude de nele se verificar — em relação a Castela e Aragão — a abordagem sistemática que falta tão sensivelmente quanto às demais legislações, mas, mesmo neste caso, acreditamos que o exame dos diplomas legais hispânicos em questão adquire outra dimensão quando inserido no contexto da crise do fim da Idade Média, o que ali não se verifica. Em relação a Portugal, finalmente, a ordenação de 3 de julho de 1349 foi sobretudo estudada em função de sua significação jurídica e administrativa (12), sendo a nossa perspectiva inteiramente diversa. Ao lado de tais estudos mais específicos ou, ao menos, de referências mais alongadas (visto que nem todos os trabalhos citados estão exclusivamente centrados na legislação que nos ocupa) existem numerosas alusões passageiras, mesmo que frequentemente agudas, em obras cuja temática transcende sensivelmente a tais preocupações, às quais faremos referência quando for oportuno, sem nelas nos determos no momento.

Evidentemente, tais observações não devem ser interpretadas como uma restrição ao valor intrínseco dos trabalhos evocados, mas como uma forma de melhor situar a contribuição específica de nosso estudo pois, afinal, as questões deixadas em suspenso também constituem uma contribuição essencial ao progresso da ciência.

Todavia, impõem-se ainda alguns esclarecimentos relativamente a certas limitações de nosso trabalho, visto que nos faltam, no momento, condições mínimas para explorarmos até as últimas consequências *todas* as questões colocadas pela legislação que nos ocupa. Indo mais longe, diríamos mesmo que abordar tais questões em profundidade constituiria um sério perigo de diluição de nossos objetivos específicos, risco que preferimos evitar. Assim, por exemplo, decidimos nos prender apenas e tão somente aos elementos qualitativos contidos na legislação em causa, embora ela eventualmente seja rica em dados quantitativos. Em outras palavras, *ainda que tais documentos con-*

(9). — *The Enforcement of the Statute of Labourers...*, *passim* [152].

(10). — Os trabalhos mais importantes e mais recentes são os de R. VIVIER, *La Grande Ordonnance de février 1351...* [161]; *Une crise économique au milieu du XIV^e siècle...* [162].

(11). — *La grande peste de 1348 en Espagne...* [160].

(12). — GAMA BARROS, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XIV*, vol. 3, pp. 26 sqq. [146]; MARCELO CAETANO, *A administração municipal de Lisboa...*, p. 81 sqq. [150].

tenham, em certos casos, abundantes alusões a salários e preços, não temos a menor intenção de escrever uma história de salários e preços, o que, aliás, seria muito difícil de fazer com as cifras em questão, dado o seu caráter normativo, sendo impossível determinar, na maioria dos casos, a sua relação exata com os salários e preços realmente em curso (13). Com o objetivo, porém, de tornar mais acessíveis esses dados — os quais, não obstante as ressalvas feitas, poderão ser úteis a outros pesquisadores — adotamos o alvitre de indicá-los, conforme uma praxe bem estabelecida, em quadros no apêndice.

A grande ordenação francesa de 30 de janeiro de 1341 apresenta uma outra dificuldade, ligada ao seu caráter extremamente descritivo e mesmo dispersivo, contendo prescrições às mais variadas quanto à sua natureza, muitas delas desvinculadas de qualquer ligação direta ou indireta com a epidemia, apresentando bem claramente o risco de diluição de nossa temática. A solução que resolvemos adotar foi a de omitir de maiores considerações a respeito.

Passando a uma outra ordem de problemas, é útil acentuar que os documentos em vernáculo, por seu turno, apresentam um campo de grande interesse para filólogos e linguistas, destacando-se, nesse particular os diplomas legais castelhanos, subsistentes em quatro redações diferentes, mas com artigos coincidentes quanto ao sentido, apresentando, contudo, sensíveis variações ortográficas, morfológicas e sintáticas. Nesse sentido desejamos igualmente deixar bem claro que não nos move qualquer intenção de nos determos em tais aspectos, em parte por ultrapassar as linhas fundamentais deste trabalho e também por não nos sentirmos inteiramente à vontade na matéria, motivo pelo qual não atribuiremos maior importância às diferenças entre os textos das várias ordenações castelhanas que se prendam apenas e tão somente a variações de ortografia, morfologia ou sintaxe. Inclusive, generalizando ainda mais a nossa orientação, somente tocaremos em problemas textuais na medida em que os mesmos sejam essenciais ao esclarecimento de nossa temática, deixando para outra oportunidade uma abordagem mais especificamente filológica.

Resumindo — e com isso voltamos ao que já expressamos acima — o nosso objetivo essencial é o de estudar a legislação econômica e social decorrente da Peste Negra de 1348, promulgada no quadro das grandes monarquias nacionais, à luz da depressão geral do

(13). — É significativo que na sua obra fundamental sobre os salários, preços e moedas em Valência, Aragão e Navarra, J. HAMILTON, *Money, Prices and Wages in Valencia...* [27], não faça alusão à ordenação para o principado do Aragão, ainda que se possa presumir a possibilidade de que a mesma não fosse de seu conhecimento.

fim da Idade Média, com a esperança de que fique claro — e isso nos parece bastante relevante na medida em que se trata de uma manifestação extremamente específica de tal depressão — que tais atos não se explicam exclusivamente pelas anomalias provocadas pela Peste Negra, inserindo-se, ao contrário, num quadro muito mais amplo de dificuldades. Para tanto, antes de abordarmos diretamente a legislação, importa conhecermos algo a respeito da referida crise e também sobre a Peste Negra, um de seus componentes, o que permitiria situarmos aquela no quadro geral fornecido pela última. Assim, trataremos, consecutivamente, da crise, da epidemia e suas repercussões, das legislações separadamente e, finalmente, da significação destas, baseando tal avaliação num cuidadoso trabalho comparativo. Com isso esperamos ter tornado suficientemente claros os objetivos e o plano geral do trabalho.

FONTES E BIBLIOGRAFIA.

SIGLAS.

- AESC — *Annales. Économies. Sociétés. Civilisations.*
AHES — *Annales d'Histoire Économique et Socialt.*
AHS — *Annales d'Histoire Sociale.*
AM — *Annales du Midi.*
APH — *Acta Poloniae Historica.*
BA — *Bracara Augusta.*
BEC — *Bibliothèque de l'École des Chartes.*
CSSH — *Comparative Studies in Society and History.*
EHR — *The Economic History Review.*
ER — *Études Rurales.*
IH — *L'Information Historique.*
JEH — *The Journal of Economic History.*
MA — *Le Moyen Âge.*
RBPH — *Revue Belge de Philologie et d'Histoire.*
RFDUL — *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.*
RFL' — *Revista da Faculdade de Letras (Lisboa).*
RH — *Revue Historique.*
RHES — *Revue d'Histoire Économique et Sociale.*
RP — *Revue de Paris.*
SF — *Social Forces.*
Sp — *Speculum.*
TRHS — *Transactions of the Royal Historical Society.*

1. — FONTES.

- [1] CAMPOS RODRIGUES (Maria Tereza). — *Livro de Leis e Posturas Antigas* (edição). Lisboa (no prelo).
- [2] *Collección de Córtes de los Reynos de León y de Castilla.* (Publicação da "Real Academia de España). Madri, 1863.
- [3] JOURDAN (Athanasé), DECRUSY e ISAMBERT (François-André). — *Récueil général des anciennes lois françaises depuis l'an 420 jusqu'à la Révolution de 1789.* Paris, 1822-1833 (29 vols.).
- [4] LÓPEZ DE MENEZES (Amada). — Documentos acerca de la pesnegra en los dominios de la corona de Aragon. *Estudios de edad media de la Corona de Aragen, Sección de Zaragoza*, T. VI, 1956, pp. 291-447.

- [5] RYMER (Thomas). — *Foedera, conventiones, litterae etc... acta publica...* London, 1816-1869, 2a. ed. (1a. ed.: Dean Hague, 1739-1745), 7 vols.
- [6] *The Statutes of the Realm ... from original records and Authentic Manuscripts*. Londres, 1810-1828, 11 vols.
- [7] TILANDER (Gunnar). — *Fueros aragoneses desconocidos promulgados a consecuencia de la gran peste de 1348*. *Leges Hispanicae Medii Aevi*, T. XI. Stockholm, 1959 (1a. ed.: *Revista de Filologia española*, T. XXII, 1935, pp. 1-33 e 103-146).

2. — BIBLIOGRAFIA.

A) PROBLEMAS DE MÉTODO E GENERALIDADES SOBRE O PERÍODO.

- [8] AVENEL (Viconte Georges d'). — *Histoire de la fortune française*. Paris, 1927.
- [9] AVENEL (Viconte Georges d'). — *Paysans et ouvriers depuis sept cent ans*. Paris, 1904.
- [10] BAUTIER (Robert-Henri). — Feux, population et structure sociale au milieu du XVe. siècle. L'exemple de Carpentras. *AESC*, T. 14, 1959, pp. 255-268.
- [11] BLOCH (Marc). — *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris, 1955 (1a. ed.: 1931).
- [12] BLOCH (Marc). — Mutations monétaires dans l'ancienne France *AESC*, T. 8, 1953, pp. 145-158 e 433-456.
- [13] BLOCH (Marc). — Le problème de l'or au Moyen Âge. *AHES*, T. 5, 1933, pp. 1-34.
- [14] BRAUDEL (Fernand). — La démographie et les dimensions des sciences de l'homme. *AESC*, T. 15, 1960, pp. 493-523.
 - a) Reprod. in *Écrits sur l'histoire*. Paris, 1969, pp. 193-235.
- [15] *CAMBRIDGE ECONOMIC HISTORY OF EUROPE FROM THE DECLINE OF ROMAN EMPIRE (THE)*. Cambridge, 1941 (T. I), 1952 (T. II), 1963 (T. III).
 - a) NABHOLZ (Hans). — Medieval agrarian society in transition. T. I, pp. 493-561.
 - b) POSTAN (Michael M.). — The trade of Medieval Europe: the North. T. II, pp. 119-256.
 - c) LOPEZ (Robert S.). — The trade of medieval Europe: the South. T. II, pp. 257-354.
 - d) WERVEKE (H. van). — The rise of the towns. T. III, pp. 3-41.
 - e) MILLER (Edward). — The economic policies of governments: France and England. T. III, pp. 290-340.
 - f) CIPOLLA (Carlo M.). — The economic policies of governments: the Italian and Iberian peninsules. T. III, pp. 397-429.

- g) ROOVER (R. de). — The organization of trade. T. III, pp. 42-118.
- [16] CAMPOS (Ezequiel de). — *O enquadramento da população portuguesa através dos séculos*. Lisboa, 1943 (1a. ed.: 1941).
- [17] CARPENTIER (Elisabeth) e GLÉNISSON (Jean). — Bilans et méthodes: la demographie française au XIVe. siècle. *AESC*, T. 17, 1962, 1962, pp. 109-129.
- [18] CAZELLES (R.). — Quelques réflexions à propos des mutations de la monnaie royale française (1295-1365). *MA*, T. 72, 1966, pp. 83-105 e 251-278.
- [19] CIPOLLA (Carlo M.). — Currency depreciation in medieval Europe. *EHR*, T. 15 (2nd series), 1963, pp. 413-422.
- [20] CUNNINGHAM (William). — *The Growth of English Industry and Commerce During the Early and Middle Ages*. Cambridge, 1927.
- [21] DOLLINGER (Phepippe). — Le chiffre de population de Paris au XIVe. siècle: 210.000 ou 80.000 hab. *RH*, T. 216, 1956, pp. 35-44.
- [22] FOURQUIN (Guy). — La population de la région parisienne aux environs de 1328. *MA*, T. 62, 1956, pp. 63-91.
- [23] GEREMEK (Bronislaw). — Les salaires et le salariat dans les villes au cours du Bas Moyen Âge. *Troisième Conférence Internationale d'Histoire Économique*, Munique, 1965, pp. 553-574.
- [24] GEREMEK (Bronislaw). — *Le salariat dans l'artisanat parisien aux XIIIe.-XVe. siècles. Étude sur le marché de la main-d'oeuvre au Moyen Âge*. (Trad. do polonês por A. Posner e C. Klapish-Zuber). Paris-Haia, 1968.
- [25] GEREMEK (Bronislaw). — Paris, la plus grande ville de l'Occident médiéval? *APH*, T. 18, 1968, pp. 18-37.
- [26] GIRARD (Albert). — Un phénomène économique: la guerre monétaire (XIVe.-XVe. siècles) *AHS*, T. II, 1940, pp. 207-218.
- [27] HAMILTON (J.). — *Money, Prices and Wages in Valencia, Aragon and Navarre, 1351-1500*. Cambridge (Mass.), 1936.
- [28] JOLLIFFE (J. E. A.). — *The Constitutional History of Medieval England, from the English Settlement to 1485*. London, 1954.
- [29] LE GOFF (Jacques) e ROMANO (Ruggiero). — Paysages et peuplement rural en Europe après le XIe. siècle. *ER*, T. 17, 1965, pp. 5-24.
- [30] LOPEZ (Robert S.). — *Naissance de l'Europe (Ve.-XIVe. siècles)*. Paris, 1962.
- [31] LOT (Ferdinand). — L'état des paroisses et des feux de 1328. *BEC*, T. 90, 1929, pp. 51-107 e 256-315.
- [32] MCKISACK (May). — *The Fourteenth Century (1307-1399)*. Col. "The Oxford History of England", T. V. Oxford, 1959.
- [33] MURRAY (K. M. E.). — Faversham and the "Cinque Ports". *TRHS*, T. 18 (4th series), 1935, pp. 53-84.

- [34] OLIVEIRA MARQUES (A. H.). — *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. Lisboa, 1968 (1a. ed.: 1962).
- [35] OLIVEIRA MARQUES (A. H.). — A população portuguesa nos fins do século XIII. *RFL*, T. 2 (3a. série), 1958, pp. 47-69.
- [36] OLIVEIRA MARQUES (A. H.). — A pragmática de 1340. *RFL*, T. I (2a. série), 1956, pp. 130-176.
- [37] PERES (Damião). — A actividade agrícola em Portugal nos séculos XII a XIV. *Congresso do Mundo Português Publicações* (II Congresso). Lisboa, 1940, pp. 465-480.
- [38] PERES (Damião). — *História de Portugal*. Lisboa, 1951, 2 vols.
- [39] PERES (Damião), dir. — *História de Portugal*. Lisboa, 1928- 1944, 9 vols.
- [40] PERROY (Édouard) et alii. — *Le Moyen Âge. L'expansion de l'Orient et la naissance de la civilisation occidentale*. Col. "Histoire générale des civilisations", T. IV. Paris, 1967 (1a. ed.: 1955).
- [41] PERROY (Édouard). — Wage Labour in France in the Later Middle Ages. *EHR*, 2nd series, T. II, 1950, pp. 221-246.
- [42] POSTAN (Michael M.). — The chronology of labour services. *TRHS*, T. XX (4th series), 1937, pp. 169-193.
- [43] ROSS (Alan S.). — The Assize of Breand. *EHR*, T. IX (2nd. serie) 1956, pp. 332-342.
- [44] RUSSELL (Josiah Cox). — Medieval Population. *SF*, T. 15, 1937, pp. 503-511.
- [45] RUSSELL (Josiah Cox). — Recent Advances in Mediaeval Demography. *Sp*, T. 40, 1965, pp. 84-101. *
- [46] SMITH (Robert S.). — Fourteenth-century Population Records of Catalonia. *Sp*, T. 19, 1944, pp. 494-501.
- [47] SUGGETT (Helen). — The Use of French in England in the Later Middle Ages. *TRHS*, T. 28 (4th series), 1946, pp. 61-83.
- [48] TITOW (Jan S.). — Evidence of Weather in the Account Rolls of the Bishopric of Winchester, 1209-1350. *EHR*, T. 12 (2ndw series), 1960, pp. 360-407.
- [49] TITOW (Jan S.). — Histoire et climat: le climat à travers les rôles de comptabilité de l'évêché de Winchester (1350-1450). *AESC*, T. 25, 1970, pp. 312-350.
- [50] TITOW (Jan S.). — Some Evidence of the Thirteenth Century Population Increase. *EHR*, T. 14 (2nd. series), 1961, pp. 218-223.
- [51] VAN BATH (B. H. Slicher). — *The Agrarian History of the Western Europe. A. D. 500-1850*. London, 1963 (trad. do holandês por Olive Ordish: "De agrarische geschiedenis van West-Europa, 500-1850").
- [52] VERLINDEN (Charles). — Draps des Pays-Bas et du Nort de la France en Espagne au XIVE. siècle. *MA*, T. 46, 1937, pp. 21-36.

- [53] VIVES (J. Vicens), dir. — *Historia social y económica de España y América*. Barcelona, 1957 (4 vols.).
a) SOBREQUÉS VIDAL (Santiao). — La época del patriciado urbano. Tomo II, pp. 7-406.
- [54] WALFORD (Cornelius). — Early Laws and Customs in Great Britain Regarding Food. *TRHS*, T. 8, 1880, pp. 70-162.
- [55] WOLFF (Philippe), CIPPOLA (Carlo M.), DHONDT (Jean) e POSTAN (Michael M.). — Anthropologie et démographie. Moyen Âge *IXe. Congrès International de Sciences Historiques. Rapports*. Tomo I, pp. 55-80. Paris, 1950.
- B). — EM TÓRNO DA DEPRESSÃO DO FIM DA IDADE MÉDIA:
- [56] ABEL (Wilhelm). — *Agrarkrisen und Agrarkonjunktur. Eine Geschichte der Land- und Ernährungswirtschaft Mitteleuropas seit dem hohen Mittelalter*. Hamburg-Berlin, 1966. (1a. ed.: “*Agrarkrisen und Agrarkonjunktur in Mitteleuropa vom 13. bis zum 19. Jahrhundert*. Berlin, 1935).
- [57] ABEL (Wilhelm). — *Die Wüstungen des ausgehenden Mittelalters*. Stuttgart, 1955 (1a. ed.: 1943).
- [58] AMES (Edward). — The Sterling Crisis of 1337-1339. *JEH*, T. 25, 1965, pp. 497-522.
- [59] BARTLETT (J. N.). — The Expansion and Decline of York in the Later Middle Ages. *EHR*, T. 12 (2nd. ser.), 1959, pp. 17-33.
- [60] BERESFORD (Maurice). — *The Lost Villages of England*. London, 1965 (1a. ed.: 1954).
- [61] BEVERIDGE (William). — Wages in the Winchester Manors. *EHR*, T. 7 (2nd. series), 1936, pp. 23-43.
- [62] BOISSONADE (Pierre). — *Life and Work in Medieval Europe (fifth to fifteenth centuries)*. London, 1937 (1a. ed.: 1927) (trad. do francês por Eileen Power: “*Le Travail dans l'Europe chrétienne au Moyen Âge*”. Paris, 1921).
- [63] BONNEMÈRE (Eugène). — *Histoire des paysans depuis la fin du Moyen Âge jusqu'à nos jours (1200-1850)*, Paris, 1856 (2 vols.).
- [64] BOUTRUCHE (Robert). — Aux origines d'une crise nobiliaire: donations pieuses et pratiques successorales en Bordelais du XIIIe au XVIe siècle. *AHS*, T. I, 1939, pp. 161-177 e 257-277.
- [65] BOUTRUCHE (Robert). — La crise d'une société. Seigneurs et paysans du Bordelais pendant la guerre de Cent Ans. Paris 1947.
a) Resumo publ. in *AESC*, T. 2, 1947, pp. 336-348.
- [66] C. (P.) [Philippe CONTAMINE?]. — Le coût de la Guerre de Cent Ans en Angleterre. *AESC*, T. 17, 1962, pp. 1062-1092.
- [67] CARPENTIER (Elisabeth). — Autour de la peste noire. Famines et épidémies dans l'histoire du XIVe. siècle. *AESC*, T. 17, 1962, pp. 1062-1092.
- [68] CIPOLLA (Carlo M.). — Economic Depression of the Renaissance? *EHR*, 2nd series, T. XVI, 1964, pp. 519-524. (Reporta-se a [93]).

- [69] CLAPHAM (John). — *A Concise Economic History of Britain*. Cambridge, 1951 (1a. ed.: 1949).
- [70] CONTAMINE (Philippe). — *Azincourt*. Paris, 1964.
- [71] DUBY (Georges). — *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*. Paris, 1962 (2 vols.).
- [72] FOURQUIN (Guy). — *Les campagnes de la région parisienne à la fin du Moyen Âge, du milieu du XIIIe au début du XVIe siècle*. Paris, 1963.
- a) Res. pub. in *IH*, T. 23, 1961, pp. 118-127.
- [73] FRYDE (E. B.). — Financial Resources of Edward III in the Netherlands, 1337-1340. *RBPB*, T. 40, 1962, pp. 1168-1187 e T. 45, 1967, pp. 1142-1216.
- [74] GLÉNISSON (Jean) et alli. — *Les découvertes du Monde (1300-1500)*. Col. "Les Métamorphoses de l'Humanité". Paris, 1966.
- [75] GLÉNISSON (Jean). — Une administration pontificale aux prises avec la disette. La question des blés dans les provinces italiennes de l'État Pontifical en 1374-1375. *MA*, T. 57, 1951, pp. 305-326.
- [76] GRAS (Norman Scott Brien). — *The Evolution of the English Corn Market from the Twelfth to the Eighteenth Century*. Cambridge (Mass.), 1926.
- [77] GRAUS (Frantisek). — *Das Spätmittelalter als Krisenzeit. Ein Literaturbericht als Zwischenbilanz*. Praga, Mediaevalia Bohemica, I, 1969.
- [78] HARVEY (Barbara). — The Leasing of the Abbott of Westminster's Demesnes in the Later Middle Ages. *EHR*, T. XXII (2nd. series), 1969, pp. 17-27.
- [79] HEERS (Jacques). — *L'Occident aux XIVe. et XVe. siècles*. Col. "Nouvelle Clio". Paris, 1963.
- [80] HENNEMAN JR. (John B.). — Financing the Hundred Years War: Royal Taxation in France in 1340. *Sp*, T. 42, 1967, pp. 275-298.
- [81] HILTON (R. H.). — L'Angleterre économique et sociale des XIVe. et XVe. siècles. Théories et monographies. *AESC*, T. 13, 1958, pp. 541-563.
- [82] HILTON (R. H.). — Peasant Movements in England Before 1381. *EHR*, T. II (2nd. series), 1949.
- a) Repr. in "Essays in Economic History", ed. E. M. CARUS-WILSON. London, 1962, T. II, pp. 73-90.
- [83] HILTON (R. H.). — Y eût-il une crise générale de la féodalité? *AESC*, T. 6, 1951, pp. 23-30.
- [84] HOLMES (G. A.). — Florentine Merchants in England, 1346-1436. *E.H.R.*, T. 13 (2nd. series), 1960, pp. 193-208.
- [85] HUIZINGA (Johan). — *Le déclin du Moyen Âge*. Trad. do holandês por J. Bastin. Paris, 1948 (1a. ed. hol.: 1919).
- [86] LADURIE (Emmanuel Le Roy). — *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris, 1967.

- [87] LADURIE (Emmanuel Le Roy). — Histoire et climat. *AESC*, T. 14, 1959, pp. 3-34.
- [88] LARENAUDIE (Marie-Josèphe). — Les famines en Languedoc aux XIVe. et XVe. siècles. *AM*, T. 64, 1952, pp. 27-39.
- [89] LAURENT (Henri). — Crise monétaire et difficultés économiques: en Flandre, aux XIVe. et XVe. siècles. *AHS*, T. 5, 1933, pp. 156-160.
- [90] LE GOFF (Jacques). — Le temps du travail dans la "crise" du XIVe. siècle: du temps médiéval au temps moderne. *MA*, T. 69, 1963, pp. 597-613.
- [91] LONGDEN (J.). — Statistical Notes on Winchester Heriots. *EHR*, T. XI, 1959, pp. 412-417 (compl. do [107]).
- [92] LOPEZ (Robert S.). — Economic Depression of the Renaissance? *EHR*, 2nd. series, T. XVI, 1964, pp. 525-527. (Reporta-se a [93]).
- [93] LOPEZ (Robert S.) e MISKIMIN (Harry A.). — The Economic Depression of the Renaissance. *EHR*, 2nd. series, T. XIV, 1962, pp. 408-426.
- [94] LUCAS (Henry S.). — The Great European Famine of 1315-1317. *Sp*, T. 5, 1930, pp. 343-377.
- [95] MISKIMIN (Harry A.). — Economic Depression of Renaissance? *EHR*, 2nd. series, T. XVI, 1964, pp. 528-529. (Reporta-se a [93]).
- [96] MOLLAT (Michel), JOHANSEN (Paul), POSTAN (Michael M.), SAPPORI (Armando) e VERLINDEN (Charles). — L'économie européenne aux deux dernières siècles du Moyen Âge. *Relazioni del X Congresso Internazionale di Scienze Storiche*, T. III, pp. 655-811. Florença, 1955.
- [97] MYERS (A. R.). — *England in the Late Middle Ages*. Col. "The Pelican History of England". Harmondsworth, 1952.
- [98] NUNES DIAS (Manuel). — *A depressão monetária do século XIV e a conquista henriquina da Senegâmbia*. São Paulo, 1959.
- [99] PERROY (Édouard). — À l'origine d'une économie contractée: les crises du XIVe. siècle. *AESC*, T. 4, 1949, pp. 167-182.
- [100] PIRENNE (Henri). — *Histoire économique de l'Occident Médiéval*. Paris, 1951.
- [101] PIRENNE (Henri). — *Histoire de l'Europe des invasions au XVIe. siècle*. Paris-Bruxelles, 1936.
- [102] PIRENNE (Henri) et alii. — *La civilisation occidentale au Moyen Âge du XIe. au milieu du XVe. siècle*. Col. "Histoire Générale — Histoire du Moyen Âge", V. VII. Paris, 1936.
- [103] PIRENNE (Henri) et alii. — *La fin du Moyen Âge*. Col. "Peuples et Civilisations". Paris, 1931.
- [104] POSTAN (Michael M.). — Note. *EHR*, T. 12 (2nd. series), 1959-1960, pp. 77-82 (reporta-se a [108]).
- [105] POSTAN (Michael M.). — Revisions in Economic History: the 15th Century. *EHR*, 1939, pp. 160-166.

- [106] POSTAN (Michael M.). — Some Economic Evidence of Declining Population in the Later Middle Ages. *EHR*, 2nd. series, T. II, 1950, pp. 221-246.
- [107] POSTAN (Michael M.) e TITOW (Jan S.). — Heriots and Prices in Winchester Manors. *EHR*, T. XI (2nd. Series), 1959, pp. 392-411.
- [108] ROBINSON (W. C.). — Money, Population and Economic Change in Late Medieval Europe. *EHR*, T. 12 (2nd. series), 1959, pp. 63-76.
- [109] SCOTT (Martin). — *Medieval Europe*. London, 1964.
- [110] TUCOO-CHALA (P.). — Productions et Commerce en Béarn au XIVe. siècle. *AM*, T. 69, 1957, pp. 39-58.
- [111] UNWIN (George). — *Studies in Economic History...* London, 1958 (1a. ed.: 1927).
- a) The economic policy of Edward III, pp. 117-132.
- [112] *Villages désertes et histoire économique (XIe.-XVIIIe. siècle)*. Col. "Les Hommes et la Terre" (S. E. V. P. N.), Paris, 1965.
- a) PESEZ (Jean-Marie) e LADURIE (Emmanuel Le Roy). — Le cas français: vue d'ensemble. pp. 127-252.
- b) GLÉNISSON (Jean) e MISRAKI (Jacqueline). — Désertions rurales dans la France médiévale. pp. 267-286.
- c) CABRILLANA (Nicolas). — Villages désertés en Espagne. pp. 461-512.
- d) ABEL (Wilhelm). — Désertions rurales: bilan de la recherche allemande. pp. 515-531.
- e) BERESFORD (Maurice W.). — Villages désertés: bilan de la recherche anglaise. Pp. 533-580.
- f) BJOERMIK (Halvard). — Villages désertés: bilan de la recherche en Norvège et en Suède. Pp. 581-605.
- [113] WOLFF (Philippe). — *Commerces et marchands de Toulouse (v. 1350 — v. 1450)*. Paris, 1954.
- C). — SOBRE A PESTE NEGRA DE 1348.
- [114] BARATIER (Édouard). — *La démographie provençale du XIIIe. au XVIe. siècle avec chiffres de comparaison pour le XVIIIe. siècle*. Paris, 1961.
- [115] BEAN (J. M. V.). — Plague, Population and Economic Decline in the Later Middle Ages. *EHR*, T. 15 (2nd. series), 1963, pp. 423-437.
- [116] BOWSKY (William M.). — The Impact of the Black Death Upon Sieneese Government and Society. *Sp.*, T. 39, 1964, pp. 1-34.
- [117] CARPENTIER (Elisabeth). — *Une ville devant la peste: Orvieto et la Peste Noire de 1348*. Paris, 1962.
- [118] COULTON (George Gordon). — *Medieval Panorama. The English scene from Conquest to Reformation*. N. York, 1958 (1a. ed.: 1938).
- [119] DUBLÉD (Henri). — Conséquences économiques et sociales des "mortalités" du XIVe. siècle, essentiellement en Alsace. *RHES*, T. 37, 1959, pp. 273-294.

- [120] FAVREAU (Robert). — Épidémies à Poitiers et dans le Centre-Ouest à la fin du Moyen Âge. *BEC*, T. 125, 1967, pp. 349-398.
- [121] FEBVRE (Lucien). — La Peste Noire de 1348. *AESC*, T. 4, 1949, pp. 102-103.
- [122] GASQUET (Francis Aidan). — *The Black Death of 1348 and 1349*. London, 1908 (1a. ed.: “*The great pestilence*”, 1893).
- [123] GRAUS (Frantisek). — Autour de la Peste Noire au XIVe. siècle en Bohême. *AESC*, T. 18, 1963, pp. 720-724.
- [124] HENNEMAM JR. (John B.). — The Black Death and Royal Taxation in France, 1347-1351. *Sp.*, T. 43, 1968, pp. 405-428.
- [125] HERLIHY (D.). — Population, Plague and Social Change in Rural Pistoia, 1201-1430. *EHR*, T. 18 (2nd. series), 1965, pp. 225-244.
- [126] JESSOPP (Augustin). — *The Coming of the Friars and Other Historic Essays*. London, s/d. (c. 1900).
a) The Black Death in East-Anglia, pp. 166-261.
- [127] LAW (Alice). — The English *Nouveaux-Riches* in the Fourteenth Century. *TRHS*, T. IX (new series), 1895, pp. 49-73.
- [128] LITTRÉ (E.). — Opuscule relatif à la Peste de 1348, composé par un Contemporain. *BEC*, T. II, 1840-1841, pp. 201-243.
- [129] MEYER (K. F.). — Plague. *Encyclopaedia Britannica*, ed. 1966, T. 17, pp. 1150-1156.
- [130] MOLLAT (Michel). — Notes sur la mortalité à Paris au temps de la Peste Noire, d'après les comptes de l'oeuvre de Saint-Germain-l'Auxerrois. *MA*, T. 69, 1963, pp. 505-527.
- [131] PRAT (Geneviève). — Albi et la Peste Noire. *AM*, T. 64, 1952, pp. 15-25.
- [132] RAU (Virgínia). — Un document portugais sur la peste de 1348. *AM*, T. 78, 1966, pp. 331-334.
- [133] RAU (Virgínia) [dir.]. — Para o estudo da Peste Negra em Portugal. *BA*, T. 14-15, 1963, pp. 211-239. Compreende (além da apresentação da orientadora da pesquisa) os trabalhos seguintes:
a) OLIVEIRA MARQUES (A. H.). — A Peste Negra na Europa. Pp. 211-214.
b) VICENTE GONÇALVES (Iria). — Consequências demográficas da Peste Negra. Pp. 214-220.
c) OLIVEIRA RAMOS (Luís Antônio). — Consequências económicas da Peste Negra. Pp. 220-229.
d) BAQUERO MORENO (Humberto Carlos). — Consequências sociais da Peste Negra. Pp. 229-239.
- [134] REES (William). — The Black Death in Wales. *TRHS*, T. 3 (4th series), 1920, pp. 115-135.
- [135] RENOARD (Yves). — Black Death. *Encyclopaedia Britannica*, ed. 1966, T. 3, pp. 742-743.

- [136] RENOUARD (Yves). — Conséquences et intérêt démographique de la peste noire de 1348. *Population*, nº 3, jul-set. 1948, pp. 454-466.
a) Reprod. in RENOUARD (Yves). — *Études d'histoire médiévale*. Paris, 1968, T. I, pp. 157-164.
- [137] RENOUARD (Yves). — L'événement mondial le plus important du XIV^e. siècle: la peste noire de 1348-1350. *RP*, mar. 1950, pp. 107-119.
a) Reprod. in RENOUARD (Yves). — *Études d'histoire médiévale*. Paris, 1968, T. I, pp. 143-155.
- [138] RUSSELL (Josiah Cox). — Effects of Pestilence and Plague, 1315-1385. *CSSH*, T. 8, 1966, pp. 464-743.
- [139] SAUGHNESSY (Howard J.). — Quarantine and Isolation. *Encyclopaedia Britannica*, ed. 1966, T. 18, p. 933.
- [140] SIEGFRIED (André). — *Itinéraires des contagions. Épidémies et idéologies*. Paris, 1960.
- [141] THRUPP (Sylvia L.). — Plague Effects in Medieval Europe. *CSSH*, T. 8, 1966, pp. 474-483.
- [142] THRUPP (Sylvia L.). — The Problem of Replacement-Rates in Late Medieval English Population. *EHR*, T. 18 (2nd. series), 1965, pp. 101-119.
- [143] ZIEGLER (Philip). — *The Black Death*. New York, 1969.
D). — OBRAS QUE DÃO DESTAQUE À LEGISLAÇÃO.
- [144] ASHLEY (William). — *The Economic Organization of England. An Outline History*. London-New York-Toronto, 1949 (1a. ed.: 1914).
- [145] DEODATO DA SILVA (Victor). — As migrações numa conjuntura crítica: a propósito dos movimentos de população no fim da idade média. *Migração e colonização (Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História)*. São Paulo, 1969, pp. 159-172.
- [146] GAMA BARROS (Henrique). — *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XIV*. Ed. de Torquato de Souza Soares. Lisboa, 1945-1954 (11 vols.).
- [147] KOWALEWSKY (Maxime). — *Die ökonomische Entwicklung Europas bis zum Beginn der kapitalistischen Wirtschaftsform*. Berlin, 1911 (6 vols.).
- [148] LIPSON (E.). — *The Economic History of England*. London, 1937, 3 vols. (1a. ed.: 1915).
- [149] LOPES (Fernão). — *Crônica de D. João I*. Lisboa, s/d. (2 vols.).
a) SÉRGIO (Antonio). — Prefácio, pp. XI-XL (1^o vol.).
- [150] MARCELO CAETANO. — A administração municipal de Lisboa durante a 1a. Dinastia. *RFDUL*, T. 7, 1950, pp. 5-112.
- [151] OMAN (Charles). — *The Great Revolt in 1381*. Oxford, 1906.
- [152] PUTNAM (Bertha Haven). — *The Enforcement of the Statute of Labourers During the First Decade After the Black Death (1349-1359)*. New York, 1908.

- a) Apêndice de 463 pp. (numeração autônoma), com documentos e quadros.
- [153] PUTNAM (Bertha Haven). — The Transformation of the Keepers of the Peace Into the Justices of the Peace (1327-1380). *TRHS*, T. 12, (4th. series), 1929, pp. 19-48.
- [154] REVILLE (André). — *Recherches sur le soulèvement des travailleurs d'Angleterre en 1381*. Paris, 1898.
- a) PETIT-DUTAILLIS (Charles). — Introduction historique, pp. XIX-CXXXVI.
- [155] ROGERS (James E. Thorold). — *Histoire du travail et des salaires en Angleterre depuis la fin du XIIIe. siècle*. Trad. de E. Castelot. Paris, 1897. (1a. ed. ingl.: "Six centuries of work and wages", 1886).
- [156] ROGERS (James E. Thorold). — *The Economic Interpretation of History*. London, 1891.
- [157] STUBBS (W.). — *The Constitutional History of England*. Oxford, 1896, 4th ed. (3 vols.). Trad. franc.: *Histoire constitutionnelle de l'Angleterre*. Avec introduction, notes e études historiques inédites par Ch. Petit-Dutaillis. Paris, 1913 (3 vols.).
- a) PETIT-DUTAILLIS (Charles). — Causes et caractères généraux du soulèvement de 1381. Tomo II, pp. 850-898.
- [158] RAU (Virgínia). — *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa, 1946.
- [159] THOMPSON (James Westfall). — *Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages (1300-1530)*. New York, 1960 (1a. ed.: 1931).
- [160] VERLINDEN (Charles). — La grande peste de 1348 en Espagne. Contribution à l'étude de ses conséquences économiques et sociales. *RBPH*, T. 17, 1938, pp. 102-146.
- [161] VIVIER (Robert). — La Grande Ordonnance de février 1351: les mesures anti-corporatives et la liberté du travail. *RH*, 138, 1921, pp. 201-214.
- [162] VIVIER (Robert). — Une crise économique au milieu du XIVe. siècle. La première grande intervention de la Royauté dans le domaine économique: ses causes. *RHES*, T. 8, 1920, pp. 199-230.

CAPÍTULO I.

A DEPRESSÃO DO FIM DA IDADE MÉDIA.

Em uma de suas típicas inspirações luminosas, numa obra escrita sob condições as mais adversas, Pirenne, historiador que tanto contribuiu para a renovação dos estudos de história medieval, explorando em profundidade novos campos de pesquisa e propondo novas interpretações, demonstrou ter plena consciência da depressão do fim da Idade Média (1). Efetivamente, já o título dado ao livro VII da obra em questão — “a crise européia” — é significativo a esse respeito e o seu primeiro capítulo constitui uma descrição magistral da crise generalizada: crise política, cisma religioso, agitação social, marasmo econômico, ausência de progressos técnicos, rigidez corporativa e cessação do aumento demográfico (2). Todavia, algo falta e é exatamente o que menos deveria estar ausente em se tratando de um historiador que sempre deu mostras de uma grande criatividade interpretativa: uma interpretação da crise. Efetivamente, não estabelece o historiador belga nenhum nexo claro entre os vários componentes da

(1). — *Histoire de l'Europe...* [101], pp. 291 sqq. A obra, como é bem conhecido, foi escrita durante a 1a. Guerra Mundial, num campo de prisioneiros.

(2). — O fato de ressaltarmos os méritos de PIRENNE não devem ser interpretado como uma asserção de que êle foi o primeiro historiador a ter percepção da crise e se o escolhemos como ponto de partida é por considerarmos a sua exposição um modelo de “caracterização sem interpretação”. Se nos voltarmos, por exemplo, para um historiador característico do século XIX, dentre aqueles que não cultivavam a chamada “História-Batalha”, veremos que E. BONNEMÈRE, *Histoire des Paysans...* [63], pp. 286 sqq. tinha nítida consciência das generalidade das dificuldades: “Durant tout le cours de ce sombre et fatal XIVe. siècle, on dirait que Dieu lui-même est contre le peuple des campagnes, du parti de ses implacables persecuteurs. La peste et la famine, ces deux furies qui marchent rarement l’une sans l’autre, ne s’éloignent un moment que pour reparaître bientôt avec plus de rage. A des hivers sans printemps succèdent des étés sans pluies...”, embora muito caracteristicamente ele considere taxativamente os “routirs” piores que a própria peste. Passando a um autor praticamente contemporâneo da elaboração da obra citada de Pirenne, encontraremos em P. BOISSONADE, *Life and Work...* [62], pp. 279 sqq. uma descrição praticamente tão magistral quanto a do historiador belga. A idéia a crise no fim da Idade Média já se encontrava madura por ocasião do fim da primeira Guerra Mundial. Vide tb. GRAUS, *Das Spätmittelalter als Krisenzeit...*, pp. 11 sqq. [77].

crise ou a precedência de um dos elementos, ou grupo de elementos, sobre os demais (3).

Mas foi provavelmente a crise de 1929 que estimulou muitos medievistas a se voltarem para a fase final da Idade Média e, mais especificamente, para a depressão. Todavia, paradoxalmente, não foi a explicação financeira a que primeiro se impôs para a explicação das dificuldades do fim do período medieval — o que indica que a crise de 1929 constituiu mais um estimulante do que um modelo na busca de uma explicação para aquela que nos interessa — mas sim a de fundo demográfico (4). O ponto de partida para tal explicação é a expansão demográfica contínua até o século XIII, com um alargamento correspondente das superfícies cultivadas, com a ocupação crescente de terras de baixo rendimento e situadas nas fronteiras extremas dos solos férteis. Com isso a produção de alimentos teria se tornado incapaz de acompanhar o aumento populacional daí resultando uma série de catástrofes demográficas mais ou menos inevitáveis, as quais, porém, longe de restabelecer o equilíbrio, teriam provocado uma diminuição do consumo e esta uma contração durável em todo o setor econômico. Essa teoria foi, não sem justiça, classificada como “malthusiana” (5), mas deve ser colocado em relevo o fato de que o que acabamos de apresentar foi um resumo extremamente simplificado. Assim, é justo ressaltar que Postan a aplica somente à Europa Setentrional, omitindo-se de considerações sobre a zona mediterrânea e que o seu ponto de partida foi a constatação da contração econômica para

(3). — Inclusive, parece-nos útil acentuar o fato, nas suas obras posteriores sobre o período — *Histoire économique de l'Occident Médiéval*, pp. 331-346 [100]; *La civilisation occidentale au Moyen Âge...*, pp. 165 sqq. [102]; *La fin de Moyen âge*. Pp. 224 sqq. [103] — pode-se observar a mesma tendência.

(4). — O ponto de partida para essa interpretação pode ser atribuído a W. ABEL, *Agrarkrisen und Agrarkonjunktur...* [56], cuja primeira edição (1935) já associava as dificuldades no setor agrícola ao declínio demográfico e — considerando-se a importância desse setor não somente na economia, mas em todo o modo de vida medieval não é difícil fazer derivar dos problemas agrários os demais — sugeria residir aí o núcleo gerador da crise. Igualmente importante é um trabalho de M. M. POSTAN, *Revisions in Economic history: the 15th century*, in *The Economic History Review*. T. 9, 1939, pp. 160 sqq. [105], que foi seguido por outros trabalhos — entre os quais: *The trade of Medieval Europe...* in *Cambridge Economic History...* [15b]; Note (réplica ao art. de Robinson, *Money, Population and Economic Change...* [108]) [104] — em que defende suas idéias — e que estão resumidos por HILTON, *L'Angleterre économique...* pp. 542 sqq. [81]; CARPENTIER, *Autour de la Peste Noire...* p. 1085 [67]; GRAUS, *op. cit.*, pp. 14 e 23 sqq. [77] — em que não apenas aplicava a crise pelas perturbações na esfera demográfica mas dava explicação para as últimas. Assim, pode-se dizer que a teoria de POSTAN quase surgia como um complemento de ABEL.

(5). — El. CARPENTIER, p. 1085 [67].

chegar à questão demográfica e não o contrário, o que torna os seus trabalhos um complemento dos estudos especificamente demográficos, pelo menos no que tange à Inglaterra (6).

Se tal posição ganhou adeptos (7), mereceu também contestações, inclusive com argumentos demográficos, havendo quem visse no incremento populacional um fator de prosperidade, nunca de crise (8). Todavia, as divergências mais numerosas partiram de outras áreas que não a “demográfica”, sobretudo a “monetarista” (9). Para esta corrente não existiu super-povoamento e, sobretudo, a própria idéia de terras marginais é destituída de sentido (10), sendo a baixa nos preços verificada no fim da Idade Média encarada como o resultado de uma mudança nos gostos (11) e as flutuações no suprimento de moeda constituíam o fator principal nas flutuações de preços do pe-

(6). — No caso J. C. RUSSELL: *British Medieval ppulation*. Albuquerque, 1948 e que infelizmente não pudemos consultar, o qual — não obstante críticas algo severas de Postan (no artigo “Some Economic Evidence...” p. 24 [106]) — afinal permitiu o abandono dos cálculos de J. E. TH. ROGERS, frequentemente contestados, mas até então sem alternativa consistente. Uma das idéias centrais dele era a da rápida recuperação demográfica após a Peste Negra de 1348, de forma que em 1377, não obstante suas reiterações, a Inglaterra contava novamente com a mesma população de antes da epidemia (Ver, por exemplo, [155], pp. 197 sqq.) e é nesse contexto que deve ser compreendida a atuação de POSTAN, defendendo a tese do declínio demográfico com base em indícios econômicos, posição que as pesquisas de RUSSELL vieram confirmar.

(7). — Um exemplo expressivo pode ser encontrado em G. DUBY, LXXVII, *L'économie rurale et la vie des campagnes...*, T. I, pp. 216 sqq. [71], com um capítulo dedicado ao super-povoamento.

(8). — O exemplo mais característico dessa tendência pode ser encontrado em E. FIUMI: *Storia economica e sociale de San Gimignano*, Firenze, 1961, que lamentamos não ter podido consultar, mas que está resumido por D. HERLIHY. FIUMI associa a prosperidade ao incremento demográfico e a crise ao retrocesso populacional, surgindo porém o problema de explicar o retrocesso êle mesmo: “If the economic decline of the late Middle Ages was the result of the demographic reversal of the fourteenth century, what explains the reversal itself? Fiumi does not consider this problem and his silence implies that he holds the plagues, famines and accompanying demographic decline of the fourteenth century to be fortuitous interventions, pure acts of God, to wích no social or economic factor substantially contributed”. HERLIHY, *Population, Plague...* in *Rural Pistoia*, pp. 226-227 [125].

(9). — Podemos encontrar um exemplo clássico dessa posição em W. C. ROBINSON, *Money, Population and Economic Change...* *passim* [108].

(10). — Consideradas as práticas agrícolas da época, argumenta-se, as novas terras talvez fossem mesmo mais produtivas por estarem descansadas: “The very notion of marginal lands is an abstraction and has little reference to the real world of the 13th. century or any other time”. ROBINSON, p. 68 [108].

(11). — ROBINSON, p. 65 [108].

ríodo (12). Tal teoria explica mal, porém, uma série de fatos ligada à tendência baixista nos preços, sobretudo a sua concomitância com uma tendência à alta nos salários e com uma fase de forte pressão fiscal ligada a um pronunciado esforço de guerra, especialmente na França e Inglaterra.

A teoria “monetarista”, ademais, pela sua própria natureza não goza do mesmo grau de globalidade da “demográfica”. Segundo esta, a rápida difusão e o alto grau mortífero das epidemias estavam ligados a um crescente índice de sub-nutrição crônica, em suma a crise demográfica — não obstante um fator exógeno, no caso o vírus da peste, originário do Oriente — apresentou um caráter fundamentalmente endógeno, enquanto para os monetaristas seria puramente exógena (13). A favor dos “demográficos” é justo ressaltar que as epidemias dos meados do século XIV foram precedidas de dificuldades alimentares, a serem atribuídas à extensão inconsiderada dos campos de cultura cerealífera, com a utilização de terras marginais de escassa produtividade (14), tendo tido a sua manifestação mais espetacular na grande penúria de 1315 a 1317 (15), que afetou seriamente toda a parte setentrional da Europa.

(12). — “Changes in the money supply were probably the most important single factor in the price changes which occurred in medieval and early modern times”, ROBINSON, *op. cit.*, p. 75 [108]. O autor insiste bastante na fórmula de Fischer: $M \cdot V = P \cdot T$., mas a caracterização da evolução concreta de cada um de seus componentes no período considerado deixa a desejar, ficando a impressão de o problema ter sido situado num plano pronunciadamente teórico. Vide POSTAN, *Note passim* [104]; CARPENTIER, p. 1090 [67].

(13). — J. SCHREINER, *Wages and prices in England in the later Middle Ages, The Scandinavian economic history Review*, T. 2, 1954, pp. 61-73, um trabalho que também não pudemos consultar, representaria, segundo El. CARPENTIER, *art. cit.*, p. 1090 [67], o que poderíamos chamar de um “monetarista moderado”, admitindo, ao lado das flutuações nos estoques e circulação de moedas, a influência das catástrofes demográficas na evolução econômica e mesmo dos preços. Todavia, H. BIOERKVIK, pp. 582 sqq. [112f], atribui-lhe, baseado no mesmo artigo, uma posição praticamente tão rígida quanto a de Robinson. Por não ter lido o trabalho em causa, abstermo-nos de um julgamento preciso, acentuando, porém, a tendência dos monetaristas de encarar as “catástrofes” demográficas como acontecimentos exógenos ou mesmo acidentais. V. tb. GRAUS, *op. cit.*, p. 50 [77].

(14). — Sobre as terras marginais vide (entre muitos outros): W. ABEL, *Agrarkrisen...* pp. 42 sqq. [56] e *Die Wüstungen des ausgehenden Mittelalters*, pp. 87 sqq. [57]; DUBY, *op. cit.*, T. I, pp. 139 sqq. e T. II, pp. 556 sqq. [71]; POSTAN e TITOV, *Heriots and Prices in Winchester Manors* pp. 401 sqq. [107]; HEERS, *L'Occident aux XIVe. et XVe. siècles...*, pp. 56 sqq. [79].

(15). — Para uma visão de conjunto H. S. LUCAS ainda se constituiu na autoridade sobre a questão, apesar de a sua afirmativa de que tal penúria “... smote all lands from the Pyrenees to the plains of Russia and from Scotland to Italy...” não tem se confirmado em relação à Europa meridional, pois

Mas, ainda aqui seria possível uma explicação exógena, ligada a uma mutação nas condições climáticas, pois a referida penúria coincidiu com sérias anomalias no tempo. Os indícios de resfriamento e aumento do índice de humidade — com o resultado de chuvas fortes e mais prolongadas — são inegáveis em muitas regiões. Todavia, é útil acentuar que se trata de uma questão extremamente controversa, podendo ser dada como predominante a tendência em negar a existência de uma revolução climática, ainda que se admita que a frequência de anos negativos, climatericamente falando, para a agricultura tenha sido maior no século XIV do que nos anteriores (16).

Se os “monetaristas” alinham-se entre os que negam a influência decisiva de fatores alheios à esfera financeira para explicar as dificuldades económicas e as catástrofes delas eventualmente resultantes, merece relevo, por situar as dificuldades num plano eminente-

M.-J. LARENAUDIE, não encontrou nenhuma menção para o Languedoc, omissão confirmada por P. TUCOO-CHALA para Berna, em que ele menciona penúrias em 1312 e 1321, verificando-se igual situação relativamente a Portugal, segundo A. H. OLIVEIRA MARQUES. Sobre o problema vide LUCAS, *The Great European Famine of 1315 passim* [94]; LARENAUDIE, *Les famines en Languedoc... passim* [88]; TUCOO-CHALA, *Productions et commerce en Bearn*, pp. 40 sqq. [110]; OLIVEIRA MARQUES, *Introdução à história da agricultura em Portugal...*, p. 40 [35]; HEERS, *L'Occident aux XIVe et XVe. siècles...*, pp. 87 sqq. [79]; ABEL, *Agrarkrisen...*, pp. 44 sqq. [56]; DUBY *op. cit.*, pp. 547 sqq. [71]; GLÉNISSON *et al.*, *Les découvertes...*, pp. 53 sqq. [74]; GLÉNISSON, *Une administration... passim* [75].

(16). — J. GLÉNISSON *et alii*, *Les Découvertes...* pp. 53 sqq. [74] e OLIVEIRA MARQUES, *op. cit.*, pp. 33 sqq. [34] dão grande relevo ao fator climático, enquanto J. S. TITOW, *Evidence of Weather...* pp. 362 sqq. [48] registra nos “manors” do arcebispado de Winchester apenas 4 más colheitas em todo o século XIII, contra 8, apenas na 1.ª metade do século XIV. Todavia, J. LE GOFF e R. ROMANO, *Paysages et peuplement rural en Europe après le XIe. siècle*, p. 19 [29] acentuam as contradições entre os que utilizam argumentos históricos para detectar uma deterioração no clima — “... ainsi ... certains auteurs attribuent à une détérioration du climat le recul de la frontière septentrionale du blé au XIVe. siècle... , d'autres témoignent de l'expansion de la vigne en Allemagne à la même époque...” — e atribuem a técnicas agrícolas predatórias a queda na produção. Mas, parece-nos que o ponto de vista que mais pesa na negação da revolução climática é o de LADURIE, *Histoire et climat AESC* [87] e *Histoire du climat depuis l'an mil* [86] sobretudo por partir de um historiador que se especializou na questão, realizando a primeira obra de síntese na matéria. Depois de negar a existência de uma “pequena idade glacial” nos séculos XIV e XV acrescenta: “Quant aux catastrophes humaines du Moyen Âge finissant (1348-1450), elles n'ont pas grand-chose à voir avec la rigueur du climat. Elles sont filles, entre autres facteurs, de ce devenir tragique que symbolisent communément peste noire et guerres anglaises. Elles soulignent le dénouement d'un grand cycle agraire” (*Histoire du climat* pp. 252 sqq. [86]).

mente endógeno, a opinião de R. H. Hilton (17). No fundo, uma tal teoria associa a crise à mentalidade econômica preponderando na época, com o setor da população que mais dispunha de capitais furtando-se a investimentos produtivos e preferindo empregar suas rendas numa vida de ostentação (18), daí resultando a incapacidade crescente da infra-estrutura de atender à super-estrutura social e política (19) e, embora o autor não o diga expressamente, tal idéia está implícita em seu raciocínio, a ausência de investimentos gerou uma estagnação na produtividade e mesmo desencorajou o surgimento, ou pelo menos a difusão de inovações técnicas. O resultado de tal situação foi a cessação da possibilidade de expansão (20), mas, por outro lado, a crise — que afetou sobretudo a “classe” (usamos a terminologia do próprio Hilton) senhorial — continha em si os germes da renovação na vida econômica, pois a indústria textil rural — resultante dos benefícios indiretos auferidos pela camada superior do campesinato da crise senhorial — viria a se constituir na raiz do capitalismo em sua evolução posterior (21). Num certo sentido, pode-se dizer que se trata da explicação mais completa, visto que explica não apenas e tão somente a crise, mas também seu desenvolvimento ulterior, mas pode-se objetar que, razoável para a elucidação da evolução histórica inglesa, ela se adapta mal ao restante da Europa ocidental.

Entre as explicações “monistas” da crise — isto é, as que a interpretam à luz de um único elemento — a mais desprestigiada atualmente parece ser exatamente aquela que até recentemente merecia a

(17). — Y eût-il une crise générale de la féodalité? *AESC passim* [83]. V. tb. CARPENTIER *op cit.*, p. 1084 [67]; GRAUS *op. cit.*, pp. 41 e 52 sqq. [77].

(18). — “Les dépenses principales de la noblesse, laïque comme ecclésiastique, étaient la guerre, le luxe et le faste... Ces dépenses attingnaient des proportions si immodérées que, même au sommet de leur prospérité de propriétaires, les seigneurs vivaient continuellement à deux doigts de la faillite. Ils étaient bénéficiaires de crédits pour la consommation, mais non pour l'investissement productif”. (p. 28).

(19). — “Pendant les derniers siècles de l'Empire Romain comme au Moyen Âge, la société était paralysée par la dépense croissante d'une structure sociale et politique... à quoi ne correspondait aucune augmentation compensatrice des ressources productives de la société”. (p. 27).

(20). — “C'est ce même marasme technique que rendit impossible la continuation de l'augmentation démographique des XIIe. et XIII. siècles...” sendo que “... la diminution de la population... dans ses rapports avec l'effondrement économique est tout à la fois cause et effet, car les problèmes de l'économie médiévale furent aggravées par la rareté de main-d'oeuvre dans les villes et les campagnes”. (pp. 29-30).

(21). — “... c'est plutôt l'industrie textile rurale, née dans un sens de la crise, qui devait être ancêtre direct du capitalisme dans son développement ultérieur”. (p. 30).

mais irrestrita precedência — pelo menos na França — ou seja, a da guerra (22). Todavia, em trabalhos menos centrados na explicação de todas as dificuldades em função de um único fator, ela tem merecido um considerável destaque, parecendo-nos dificilmente contestável que em relação à França — ou ao menos a algumas regiões particularmente afetadas — e à Itália ela se constituiu num considerável fator de desorganização (23).

De qualquer forma, a explicação mais interessante, parece-nos, entre as fundadas em múltiplos elementos — a de Perroy (24) — inclui a Guerra dos Cem Anos entre as 3 crises que instalaram o clima de contração que caracterizou o fim da Idade Média, pelo menos quanto às suas consequências financeiras. Assim, diferencia ele as 3 crises agudas e relativamente autônomas umas das outras: a frumentaria de 1315-1317, ligada a atores climáticos e à saturação populacional (25); a monetário-financeira, decorrente da transição de uma economia de paz a uma economia de guerra entre 1335 e 1345 (26) e, finalmente, a crise demográfica de 1348-1349, desencadeada pela Peste Negra (27). Delas resultou um estado de contração prolongada que caracteriza todo o final da Idade Média (28).

(22). — J. CALMETTE, *L'Élaboration du Monde Moderne*, Paris, 1949, ainda em 1934 (data da primeira edição) dava-lhe posição privilegiada (p. 20), embora seja justo ressaltar que ele atribuía ao termo “crise” um sentido predominantemente conjuntural.

(23). — R. BOUTRUCHE, *La crise d'une société...*, [65] (resumo em [65a]) erigiu a Guerra dos Cem Anos em parâmetro da crise no Bordelais, sendo que G. FOURQUIN, *Les campagnes de la région parisienne...* [72] (resumo em [72a]) adotou posição similar (a “Île-de-France antes, durante e depois da referida guerra). GLÉNISSON *et alii op. cit.*, pp. 37 sqq. [74] e HEERS, *op. cit.*, p. 92 [79] realçam sua importância no conjunto da crise.

(24). — À l'origine d'une économie contractée... *AESC, passim* [99]. Embora sem a preocupação de elaborar sistematicamente uma teoria da crise — o que o diferencia dos historiadores cujas idéias estamos focalizando — ABEL, *Agrarkrisen...* pp. 42 sqq. [56] evoca 4 datas para marcar as etapas da crise — fim do século XIII, em que se caracteriza a queda nas rendas senhoriais; a década 1311-1320, marcada pela penúria espetacular de 1315-1317; os meados do século XIV, quando as devastações da Peste Negra provocaram uma verdadeira catástrofe demográfica; e, finalmente, o final do século XIV, quando se verificou uma queda generalizada nos preços dos produtos agrícolas, sendo que o primeiro sintoma — o declínio das rendas senhoriais — prende-se a um fenómeno monetário, a diminuição do valor real das prestações pagas pelos dependentes em dinheiro, com valor nominal fixo. Assim, embora as demais datas se prendam a considerações de ordem demográfica, de uma certa maneira a sua posição não deve ser inteiramente esquecida, quando se evoca as interpretações da crise baseadas em fatores múltiplos.

(25). — PERROY, *art. cit.*, pp. 170 sqq. [99].

(26). — Pp. 172 sqq.

(27). — Pp. 179 sqq.

(28). — “Nous croyons que le XIVe. siècle a connu les deux phénomènes. Une série de crises rapprochées, crise frumentaire de 1315-1320, crise

A última teoria, portanto, diferencia-se das anteriormente evocadas por explicar as dificuldades por um grupo de fatores e não apenas por um elemento, o que representaria um critério de classificação. Poderíamos também dividi-las conforme considerem a crise como um fenômeno inerente ao estágio de evolução histórica da Europa Ocidental e que poderíamos classificar como endógenas — ou como o fruto de fatores acidentais — no caso teríamos as exógenas. Uma avaliação pormenorizada da propriedade de cada uma para a explicação global da crise poderia levar-nos muito longe e o seu resultado provavelmente teria um interesse muito limitado para os objetivos centrais do presente trabalho, motivo pelo qual nos abstermos de uma tentativa nesse sentido. Numa apreciação global poderíamos dizer que praticamente em todos os casos, tais teorias podem ser aplicadas com propriedade a este ou aquele país ou a uma região, mostrando-se inadequadas para explicar o caráter generalizado da depressão, que afetou toda a Europa Ocidental (29) e mesmo, talvez, todo o Velho Mundo (30). Por outro lado, é bom frisar-se que nos limitamos a evocar algumas explicações que nos pareceram particularmente significativas e não todas as teorias existentes sobre a contração (31).

Endógena ou exógena e quaisquer que sejam os pontos de partida que se lhe atribuam e sejam quais forem os mecanismos sugeridos para explicá-la, sobre um ponto parece não haver muitas dúvidas entre os medievistas atuais: é o de que o fim da Idade Média se constituiu numa fase de depressão generalizada ou, pelo menos, de contração prolongada. Procuraremos a seguir propor uma visão geral da depressão e de seus componentes, sem, porém, nos preocuparmos excessivamente em estabelecer uma hierarquia entre eles.

Diante de uma depressão tão generalizada é conveniente frisar que, se toda a Europa Ocidental dela se ressentiu, nem todas as regiões que a compõem a sofreram na mesma medida e que, dada a

financière et monétaire de 1335-1345, crise démographique de 1348-1350, ont exercé une action paralysante sur l'économie et l'ont maintenue pour un siècle dans un état de contraction durable" (p. 168). V. tb. CARPENTIER art. cit. p. 1090 [67] e GRAUS, *op. cit.*, pp. 40 sqq. [77].

(29). — É de justiça assinalar que em nenhum caso os trabalhos evocados manifestam expressamente tal pretensão, sendo que por vezes — é o caso, por exemplo, do artigo de PERROY — os autores deixam bem claro que a sua análise concerne apenas a regiões limitadas, em geral a parte setentrional da Europa Ocidental.

(30). — Vide por exemplo R. S. LOPEZ, *Naissance de l'Europe* pp. 399 sqq. [30] e GLÉNISSON *et al. op. cit. passim* [74].

(31). — Para um retrospecto mais completo recomendamos El. CARPENTIER, art. cit. *passim* [67] e, sobretudo, GRAUS *op. cit.* [77].

complexidade e a variedade dos elementos que a compuseram, incidiram os seus componentes com intensidade diversa conforme a área a ser considerada. Também parece-nos extremamente difícil estabelecer uma hierarquia entre tais componentes que possa ser generalizada, isto porque, conforme a região considerada tal ou qual fator pode ter pesado mais do que os demais. Além do mais, deve-se ter em conta que por vezes é difícil diferenciar entre, de um lado, aquilo que poderia ser um elemento de depressão, ou seja, um fenômeno denotador de uma deterioração e, de outro, uma mutação, em si mesma positiva, mas provocadora de um desajustamento momentâneo bastante penoso.

Consideradas essas dificuldades, vamos agora nos limitar a tentar indicar os componentes da depressão, a amplitude e os limites de sua ação e a eventual influência de uns sobre os outros. Visto que o capítulo seguinte será especialmente dedicado à Peste Negra, pouco nos deteremos nela por enquanto.

Há praticamente um consenso entre os medievistas em admitir que, tomados em conjunto, os períodos constituídos respectivamente pelos séculos XI-XIII, de uma parte, e pelos séculos XIV-XV, de outra, apresentam tendências contrastantes. Na primeira dessas fases (séculos XI-XIII) teria se verificado um processo generalizado de expansão, a atingir todos os setores das atividades humanas na Europa Ocidental (32), enquanto na subsequente (séculos XIV-XV) teria ocorrido uma depressão generalizada. Por serem os que mais interessam ao presente trabalho, nós nos deteremos sobretudo nos aspectos econômicos e sociais.

Renascimento comercial e urbano, surgimento e fortalecimento progressivo da burguesia, além de uma impressionante extensão das culturas agrícolas, constituiriam as manifestações mais expressivas da evolução econômica e social da fase de expansão. Simultaneamente, verificou-se a constituição de novas instituições políticas, de caráter predominantemente urbano (comunas, órgãos governativos municipais e outros similares), acompanhada de um processo de fortalecimento do poder real. Toda esta evolução ocorreu no quadro das estruturas da sociedade feudal dominantes, herdadas do período anterior, caracterizado pela turbulência de ondas sucessivas de invasões, estando ao mesmo tempo apoiada num ininterrupto incremento demográfico. Paz (cessação das invasões e beligerância da turbulenta camada senhorial da população canalizada para a luta contra pagãos e muçulmanos:

(32). — PERROY *et al.* *Le Moyen Âge* [40] fala de um “renouveau de l'Europe” (pp. 237 sqq.), constituindo-se num entre muitos exemplos que poderiam ser citados, de obras desenvolvendo a mesma idéia.

cruzadas, reconquista, *Drang nach Osten* alemão, etc.), incremento demográfico, ampliação do espaço agrícola (indispensável, no estágio das técnicas de cultivo da época, para a alimentação da população crescente), diversificação da vida econômica (com o desenvolvimento do comércio e artesanato), multiplicação das aglomerações urbanas, desenvolvimento de novas instituições políticas e fortalecimento do Estado (com a deslocação progressiva da concentração do poder político da nobreza para outros setores da sociedade), além de uma ampla renovação religiosa, educacional, filosófica, científica, literária e artística, tais seriam os fenômenos comprovadores da expansão dos séculos XI a XII.

O auge dessa expansão se situaria basicamente no século XIII, anunciando-se já então, todavia, sintomas das dificuldades dos 2 séculos seguintes. Já no fim do século XIII são perceptíveis os indícios de que a expansão das áreas cultivadas começava a aproximar-se de um ponto-limite (33). De um lado, os solos de boa qualidade começaram a escassear e a ocupação dos de qualidade inferior — as terras ditas “marginais” — trouxe como consequência uma redução do índice de produtividade e, de outro, os senhores passaram a resistir à continuação do desflorestamento, que os privaria — caso persistisse indefinidamente — de uma de suas ocupações favoritas: a caça. Independentemente das objeções da classe senhorial, aliás, a floresta era de tal forma importante — como fornecedora de madeira e lenha, mel, cera, frutas silvestres e outros produtos — para o conjunto da população, que a expansão dos arroteamentos às suas expensas não podia ser tolerada indefinidamente (34). Essa saturação crescente dos espaços cultivados provocou a instauração, no âmbito rural, de um clima de mal-estar crescente.

E esse mal-estar ainda era mais acentuado pela diversificação crescente da economia ocidental e, embora a agricultura ainda pudesse ser considerada predominantemente de subsistência, o campesinato aos poucos se habituava a negociar uma parte de sua produção, a fim de poder ter meios para adquirir bens de necessidade e de conforto e, embora numa escala tímida, já começavam a surgir os camponeses que produziam predominantemente em função das perspecti-

(33). — Todavia, é bom frizar-se que tal tendência, razoavelmente comprovada para a parte setentrional da Europa, está longe de se apresentar suficientemente caracterizada para as regiões mediterrânicas. A legislação portuguesa, por exemplo, e nós insisteremos na questão mais tarde, parece ter sobretudo se orientado no sentido de pressionar os detentores de terras a providenciar o seu cultivo.

(34). — Para a importância da floresta na economia medieval, vide J. HEERS *op. cit.*, pp. 36 sqq. [79] e para a impossibilidade de desflorestamento indefinido Ed. PERROY, art. cit., p. 168 [99].

vas de comercialização (35). Embora a difusão de culturas que poderíamos classificar como relativamente “especializadas” fosse um fenômeno mais característico de um período posterior, na fase de reconstrução após as “catástrofes do século XIV” (36), a produção em função da demanda já se verificava no século XIII (37), sendo que as regiões menos favorecidas do ponto de vista de solo, sobretudo no que concerne aos cereais panificáveis, passaram por momentos difíceis, até se adaptarem a atividades mais compatíveis com suas características ecológicas. Neste caso, a camada senhorial, ou, mais especificamente, o setor dela a braços com tais problemas talvez tenha sofrido mais do que os próprios camponeses, visto que dela partia frequentemente a iniciativa dessa modalidade ainda muito incipiente de agricultura “comercial”, favorecidos pela maior disponibilidade de capitais e terras.

Todavia, esse era um problema que se manifestava, nos fins do século XIII, em escala ainda diminuta, sendo muito mais premente — e esta era uma dificuldade que afetava, praticamente, com exclusividade o setor senhorial — a queda no valor real das prestações em dinheiro de valor nominal fixo, fenômeno essencialmente ligado à tendência geral para a alta nos preços (38). Tal alta, por seu lado, se explica sobretudo em função das irregularidades na circulação monetária, havendo uma tendência geral para que esta não atendesse às necessidades da expansão comercial (39).

No que concerne aos preços, é certo que os alimentos tendessem a se tornar cada vez menos acessíveis, sendo que os índices de que

(35). — HILTON art. cit. p. 28 [83], julga que os pequenos camponeses eram de tal forma pressionados pelos senhores — que lhes tomavam a maior parte da produção à guisa de prestações — pelos agentes do fisco — que sobre eles fazia recair a maior parte do peso dos impostos — e pelos usuários — que deles exigiam juros escorchantes pelos menores empréstimos que não lhes sobrava qualquer excedente. Há que se dizer que esse quadro é bastante exagerado e não vemos bem a que região da Europa ele poderia se aplicar: as prestações eram reguladas pelos costumes e, sem ter ilusões quanto à rapacidade dos senhores, havia limites em suas arbitrariedades; salvo esporádicos impostos de capitação, ligados a conjunturas de guerra, a maior parte dos impostos recaía sobre os consumidores; quanto à menção dos usuários, ela em si já mostra que o campesinato não se mostrava tão alheio aos mecanismos financeiros quanto se pretende por vezes, ainda que muitos desses empréstimos fossem contraidos em situações de emergência.

(36). — J. HEERS, *op. cit.*, pp. 105 sqq. [79].

(37). — G. DUBY, *op. cit.*, T. 1, pp. 220 sqq. [71].

(38). — M. BLOCH, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, pp. 117 sqq. [11]; DUBY *op. cit.* T. 2, pp. 470 sqq. [71]; ABEL, *Agrarkrisen...* pp. 42 sqq. [56].

(39). — C. M. CIPOLIA, *Currency depreciation in medieval Europe* *EHR passim* [19], apresenta uma excelente e atualizada síntese do problema.

dispomos confirma tal inclinação no que concerne aos cereais, ainda que a alta não se verificasse simultaneamente em todos os pontos da Europa Ocidental. Se na França a tendência para uma alta sensível nos preços médios decenais somente se verifica a partir da última década do século XIII, na Itália do Norte e sobretudo na Inglaterra (são esses os países para os quais dispomos dados tão antigos) tal tendência é bastante notória em toda a segunda metade do referido século. Na primeira metade do século XIV tal alta ainda mais se acentuou, sendo brutal no que concerne à passagem da primeira para a segunda década nos preços médios decenais na França e Inglaterra (aumentos de 42 e 55%, respectivamente), enquanto o contraste na Itália se situa entre a segunda e a terceira década (aumento de 45% nesta última). E' de se registrar o fato de que estamos lidando com médias decenais, pois as variações nos preços de um ano para outro ainda seriam mais sensíveis (40). Isto porque as fontes coincidem em indicar para a parte setentrional da Europa Ocidental a primeira manifestação catastrófica das dificuldades do fim da Idade Média: a penúria alimentar de 1315 a 1317.

Sem negar a influência de fatores monetários sobre a evolução dos preços, as indicações sobre dificuldades de abastecimento e mesmo uma relevante mortalidade indicam que ela esteve condicionada por outros elementos. Assim, nos países nórdicos, o rei Haakon da Noruega promulgou ordenação em 30 de julho de 1316 dispondo que somente quem importasse trigo, malte e outros produtos seria autorizado a exportar peixe e manteiga, medida dificilmente explicável por razões puramente econômicas e indicativa de insuficiência de disponibilidade dos produtos cuja importação se procurava forçar (41). De qualquer forma outras fontes são mais explícitas. O cronista do mosteiro cistercense de Camp, no Reno inferior, fala de moléstia epidêmica proveniente do fato de homens famintos comerem cadáveres de animais encontrados ao acaso e que teria dizimado aldeias inteiras (42). Os *heriots* — taxas devidas ao senhor em caso de transmissão da terra, geralmente por motivo de morte — do arcebispado de Winchester indicam para os anos 1315-1317 uma taxa de mortalidade duas vezes superior à média (43). Mais impressionantes — e, sobre-

(40). — O resumo dos dados conhecidos para o estabelecimento de preços médios decenais para a Inglaterra, França, Países-Baixos, Itália setentrional, Alemanha, Áustria e Polônia pode ser encontrado no apêndice de W. ABEL, *Agrarkrisen...*, pp. 286 sqq. [56].

(41). — W. ABEL, *Agrarkrisen...*, p. 45 [56].

(42). — *Idem*, loc. cit.

(43). — POSTAN e TITOW art. cit. pp. 401 sqq. [107]. Tais registros são preciosos por indicar um índice de mortalidade cada vez maior a par-

tudo, ainda mais explícitos — são os dados que nos vêm dos Países Baixos: Ypres — de acordo com os registros de sepultamento, que se referem apenas aos indigentes — contou 2.794 mortos numa população presumivelmente de 25.000 habitantes, o que corresponde a 10% do total, ao menos (44). Computando altas anormais de preços, medidas especiais de abastecimento e mortalidade excepcional, verificaram-se anomalias alimentares na Escandinávia, costa do Báltico, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Renânia, Westfália, Alemanha meridional, Brandenburgo, França setentrional e Rússia central (45).

Não obstante as controvérsias que cercam a matéria há a registrar que essa é, igualmente, em linhas gerais, a área que teria sido afetada por um resfriamento de temperatura no inverno e por uma pluviosidade extraordinária no verão, provocando baixas catastróficas nas colheitas (46). Tal resfriamento, iniciado nos fins do século XIII teria alcançado seu apogeu em c. 1460, ainda que sempre com consideráveis flutuações de um ano a outro, mas frequentemente com influxo suficiente sobre a agricultura para provocar sérias crises de abastecimento, com penúrias como as de 1346, 1362, 1374 e 1438 (47). Todavia, conviria — independentemente de se levar em conta as objeções levantadas quanto à própria ação do clima na economia agrícola — não exagerar seus efeitos, pois mesmo que eles tenham sido catastróficos nesta ou naquela região, nunca se fizeram sentir de uma maneira generalizada por todo o Ocidente.

Talvez mais graves do que as crises agudas de penúria tenham sido os indícios de sub-nutrição crônica crescente, condicionados ao

tir de c. 1270, a apoiar indiretamente a tese da queda no rendimento da agricultura. Os índices iniciais, situados em torno dos 40 por mil — em contraposição aos atuais 12 por mil na zona rural inglesa — ascendeu progressivamente a 52 por mil — e isso computando-se somente a mortalidade adulta, devendo a infantil ser muito elevada — atingindo a cerca de 100 por mil nos referidos anos de 1315-1317 (p. 399 sqq.). Todavia, tal índice pode até certo ponto ser tido por modesto em comparação com os 500 por mil (50%) de 1348-1349, por ocasião da Peste Negra.

(44). — LUCAS art. cit. pp. 364 sqq. [94]; GLÉNISSON, art. cit. pp. 53 sqq. [75]; ABEL, *Agrarkrisen...* p. 45 [56].

(45). — ABEL, *Agrarkrisen...*, pp. 44 sqq. [56] e *Die Wüstungen...*, pp. 74 sqq. [57]; GLÉNISSON *et al.*, *op. cit.*, pp. 53 sqq. [74].

(46). — Este seria o “modelo” predominante de sucessão climática nos anos desastrosos do ponto de vista agrícola, ainda que se deva ressaltar que a baixa temperatura no inverno tivesse mais influência na Escandinávia e regiões de latitude semelhante do que na França setentrional e Inglaterra, onde as chuvas, sobretudo no fim do inverno e durante o verão eram os fenômenos mais prejudiciais. Vide TITOW, *Evidence of Weather...* *EHR* [48] e “Histoire et climat: le climat à travers les rôles de comptabilité de l'évêché de Winchester (1350-1450) *AESC* [49]; e LADURIE, *Hist. du climat...*, pp. 280 sqq. [86].

(47). — GLÉNISSON *et al.*, *op. cit.*, pp. 53 sqq. [74].

encarecimento dos generos alimentícios, fenómeno este por sua vez ligado à baixa nos índices de produtividade, a reduzir consideravelmente as perspectivas de vida na época, a tornar as populações mais vulneráveis às incidências de moléstias e — na opinião de estudiosos da questão — a favorecer a espetacular difusão da Peste Negra em 1348.

Mas, antes que esta eclodisse, já se encontrava a Europa Ocidental assolada por guerras que assumiam formas e proporções até então ignoradas. A guerra em si estava longe de constituir novidade e se poderia mesmo dizer que a própria constituição do setor laico da camada senhorial da população se tinha verificado sobretudo em função das atividades bélicas, dado o clima de insegurança predominante desde as invasões que liquidaram o Império Romano e que, atenuado ocasionalmente por lapsos de tempo mais ou menos longos, conheceu o seu auge com a expansão escandinava. Todavia, conforme mencionamos acima, por volta do ano 1000 um clima de paz relativa aos poucos se instalou na Europa Ocidental e as Cruzadas e outras campanhas contra pagãos e muçulmanos funcionaram como válvulas de escape para a agressividade da turbulenta nobreza feudal. Mas, nos fins do século XIII verificou-se praticamente o fim das Cruzadas — ainda que esporadicamente tenham partido expedições para o Oriente (48) — enquanto na Península Ibérica a Reconquista entrava numa fase de relativa estagnação e o *Drang nach Osten* se aproximava de seu ponto limite. A Cristandade, até então girando em torno dos 2 polos de poder tradicionais — o Império e o Papado — e relativamente coesa face aos adversários externos, passou a conhecer um número crescente de dissensões internas de uma violência cada vez maior.

Se o cultivo das qualidades guerreiras explica em parte os conflitos que se multiplicaram na Europa Ocidental no fim da Idade Média — sempre considerada a ausência de uma válvula de escape externa suficientemente eficiente — seria ingênuo exagerar sua importância. É um lugar comum — e, por não discordarmos dele, não nos alongaremos a respeito — afirmar-se que a Guerra dos Cem Anos, o conflito mais característico do período, representa uma crise decisiva no processo de formação do Estado moderno, residindo aí sua significação maior. Todavia, admitindo que aí resida a principal importância desse e de outros conflitos do período (guerra marítima, também secular, entre os Angevinos de Nápoles e a Coroa de Aragão;

(48). — Se o impulso religioso que motivou as Cruzadas já se tinha esmaecido consideravelmente, o Oriente ainda oferecia perspectivas tentadoras como um terreno para aventuras lucrativas, merecendo ser lembrada a odisséia da “Companhia Catalã de Aventuras”, composta por mercenários oriundos das mais diversas da Europa e cujo líder chegou a acariciar projetos quanto ao trono do Império Bizantino. J. GLÉNISSON *et al.* *op. cit.*, p. 41 [74].

luta entre Pedro, o Cruel e Henrique de Trastamara, no caso civil, em Castela; conflitos sem fim entre as repúblicas italianas ao norte do Tibre, etc.) (49) há outros aspectos que não devem ser esquecidos. Do ponto de vista tático, verifica-se a deslocação do eixo dos exércitos da cavalaria para a infantaria, além da importância crescente da artilharia (50). Ainda mais importante, a própria constituição do exército se transformou radicalmente e assistimos ao aumento incessante da proporção de combatentes profissionais, os mercenários, em relação aos que lutavam para prestar o serviço militar por excelência do regime feudal, o *ost*. Desta última transformação decorrem consequências consideráveis: os exércitos tenderam a se tornar permanentes, por oposição ao caráter transitório das forças feudais e, por ocasião das tréguas, uma vez licenciados pelos seus contratantes, resistiam à sua dissolução passando a dedicar-se, reunidos em bandos, à pilhagem (51), enquanto, por outro lado, as campanhas se tornavam mais destruidoras, pois já não se tratava mais do confronto entre cavaleiros mais preocupados em aprisionar o adversário a fim de obter resgate — mesmo que tal aspecto ainda tivesse uma importância fundamental — mas de exércitos pagos para causar ao inimigo o maior dano possível. De qualquer forma, independentemente da existência de tais preocupações tais danos eram feitos — e não apenas pelas tropas inimigas, pois aos mercenários o que interessava antes de tudo eram os lucros das pilhagens e, no caso da França e da Itália, cujo solo foi o palco dessas lutas por excelência, frequentemente a população não combatente (o adjetivo civil somente seria aplicável às repúblicas italianas) foi severamente atingida, com regiões inteiras saqueadas e plantações devastadas, o que nos conduz ao que mais nos importa: as consequências demográficas, econômicas e sociais da guerra.

No que concerne à evolução demográfica, apesar de sensivelmente mais áspera do que anteriormente, estava a guerra longe de poder ter efeitos diretos particularmente sensíveis. Ainda que provocasse a desolação de determinadas regiões em certos períodos (52), tratava-se de uma guerra pouco mortífera para os padrões mais recentes, geograficamente localizada — quase restrita à França e Itália — e tem-

49). — J. GLÉNISSON *et al.*, *op. cit.*, pp. 37 sqq. [74].

(50). — CONTAMINE, Azincourt pp. 103 sqq. [70]; PERROY *et al. op. cit.*, pp. 463 sqq. [40].

(51). — CONTAMINE *op. cit.*, pp. 21 sqq. [70]; GLÉNISSON *et al. op. cit.*, pp. 41 sqq. [74]; PERROY *et al.*, *op. cit.*, pp. 460 sqq. [40].

(52). — GLÉNISSON *et al.*, *op. cit.*, pp. 50 sqq. [74] aborda aspectos mais gerais, enquanto, num plano mais específico, pode-se ter uma idéia dos efeitos da guerra sobre determinadas regiões em FOURQUIN, *Les campagnes de la région parisienne...* [72] e [72a], ou BOUTRUCHE, *La crise d'une société...* [65] e [65a].

poralmente descontínua — na Guerra dos Cem Anos as fases de tré-gua perfazem um total de anos superior ao das hostilidades — sendo, porém, os efeitos indiretos por vezes bastante consideráveis. A destruição de culturas trouxe crises agudas de abastecimento (53) e contribuiu provavelmente para que florestas e baldios recuperassem terreno (54), agravando-se a insuficiência na nutrição. A insegurança — predominante exatamente nas regiões mais prósperas do Ocidente, França e Itália — teve, por outro lado, efeitos inibidores sobre o comércio, sobretudo por terra e certamente refletindo negativamente sobre a produção industrial. Por último, e provavelmente tal foi o seu influxo mais considerável, a guerra provocou uma exacerbação da pressão fiscal que afetou indiretamente todos os setores da economia e, sobretudo as finanças, devendo-se predominantemente à insolvência de Eduardo III a falência dos banqueiros florentinos Bardi e Peruzzi (55) e embora Florença tivesse forças para reagir e, mesmo na própria Inglaterra, conseguisse recuperar uma posição dominante (56), tratasse de um fato importante por mostrar como acontecimentos da vida política verificados em pontos longínquos dos centros financeiros podiam afetá-los fortemente.

Do ponto de vista social os efeitos da guerra talvez tenham tido efeitos ainda mais consideráveis, a começar pela exasperação das camadas inferiores da sociedade contra o setor senhorial e mesmo contra o próprio Estado, pela incapacidade destas em garantir às primeiras uma proteção conveniente, com a agravante de frequentes manifestações de insensibilidade para com seus sofrimentos (57). Tal descontentamento partia tanto de camponeses — irritados com a pressão fiscal, e desesperados com as frequentes destruições de suas culturas — quanto de cidadãos — também pressionados por taxas e impostos e atingidos pelas quedas nos negócios — criando-se um clima

(53). — GLÉNISSON art. cit. *passim* [75].

(54). — CONTAMINE *op. cit.*, pp. 11 sqq. [70]; GLÉNISSON *et al.*, *op. cit.*, pp. 51 sqq. [74]; ABEL *Die Wüstungen...* pp. 86-87 [57].

(55). — As consequências financeiras da instauração progressiva de uma economia de guerra estão magistralmente expostas por PERROY art. cit. pp. 172 sqq. [99]; v. tb. AMES, *The Sterling Crisis...* *JEH* pp. 504 sqq. [58]; HENNEMAN JR., *Financing the Hundred Years War...* *Sp passim* [80]; UNWIN, *The Economic Policy of Edward III Studies...* *passim* [111]; McKisack, *The 14th Cent...* pp. 223 sqq. [32].

(56). — HOLMES, *Florentine Merchants in England...* *EHR passim* [84], trata da tortuosa mas incontestável ascensão dos Alberti na vida financeira inglesa.

(57). — Nada mais característico dessa tendência do que a resposta de Henrique V aos franceses que se queixavam dos efeitos dos incêndios provocados por seus partidários: “Bon! Bon! guerre sans feux ne vaut rien, non plus qu’andouilles sans moutarde...” J. GLÉNISSON *et al.*, *op. cit.*, p. 46 [74].

de fermentação social estimulado pela insegurança geral, com explosões na zona rural. A *Jacquerie* de 1358 e revolta do stralbahadores na Inglaterra em 1381 — como nos centros urbanos — rebelião de Jacques van Artevelde nos Países-Baixos em 1338 ou de Étienne Marcel em Paris, em 1357.

Mas, num balanço final, convém não exagerar os efeitos das guerras, por serem limitados tanto no espaço quanto no tempo, devendo-se também assinalar que a generalização das desordens se verificou sobretudo após as devastações da Peste Negra de 1348, que provavelmente agravou as dificuldades provocadas pelas atividades bélicas, precipitando o desencadeamento de tendências anárquicas. Como o próximo capítulo será inteiramente dedicado a ela, limitar-nos-emos a algumas considerações gerais, indispensáveis à sequência de nossa exposição, relativamente à Peste Negra. O que deve ser sobretudo ressaltado é que nenhum fator de crise foi tão generalizado em seus efeitos quanto a citada pandemia que — embora incidindo provavelmente com intensidade variável de um lugar para outro — afetou praticamente toda a Europa Ocidental, sendo os seus efeitos demográficos inegáveis, o que não acontece na mesma escala com os demais elementos da crise anteriormente delineadas. Ademais, a recuperação da sangria populacional que ela provocou foi dificultada pelo fato de a pandemia de 1348 ter sido somente a primeira — embora também a mais espetacular — das epidemias que assolaram a Cristandade. Os efeitos econômicos e sociais também são inegáveis, ainda que se possa discutir quanto à sua extensão, sendo certo que se multiplicaram as culturas abandonadas por falta de mão-de-obra, sofrendo de sua carência também o comércio e a indústria, seguindo-se à epidemia fortes variações nos preços instaurando-se uma desordem geral, embora de duração relativamente curta, no setor econômico.

No último quarto do século XIV tornou-se patente uma evolução a comprovar a crise no setor agrícola, com uma tendência baixista nos preços dos cereais em termos de valor intrínseco — ou seja, não consideradas as flutuações puramente nominais nos preços e explicáveis por anomalias no setor monetário — a contrastar com uma baixa muito menos acentuada em outros preços — sobretudo de artigos manufaturados — e também nos salários (sempre em termos de valor intrínseco, pois a tendência geral dos preços nominais foi geralmente de alta, mesmo no caso dos cereais) (58). Como explicar tal tendência? Seria simplesmente um fruto das flutuações no fornecimento de metais preciosos na circulação monetária? Ele eventualmente explica-

(58). — V. gráfico a respeito em ABEL, *Agrarkrisen...* p. 58 [56].

ria o conjunto das oscilações nos preços, mas não as disparidades nas flutuações de um artigo para outro. Seria o fruto de uma mudança nos hábitos de consumo? O fato de outros produtos agrícolas — o vinho, por exemplo — sofreram menos que os cereais e por vezes demonstrarem até mesmo uma ligeira tendência altista poderia favorecer uma explicação dessa ordem, mas restaria sempre o problema de explicar a própria transformação que tendeu a se verificar na dieta. Seria a diminuição da população a razão de tais desigualdades na evolução dos preços? Confessamos julgar mais verossímil esta última hipótese, pois ela é suscetível de explicar a própria melhoria no padrão de vida que estaria na raiz das mudanças de hábitos alimentares, com a verificação de todo um processo de concentração de riquezas decorrente do aumento progressivo dos índices de mortalidade (59). Os meios de produção da época tornam impensável uma crise de super-produção no estilo da crise de 1929, o que favorece a tese de uma contração no consumo, sendo que o nível médio do poder aquisitivo era tão restrito que tal contração somente se nos afigura explicável pela diminuição no número de consumidores, sendo improvável a tese de dificuldades financeiras explicarem uma redução na demanda. Com isso se explicaria também o fato de terem os cereais sofrido maior desvalorização do que outros produtos, inclusive agropastoris: a proporção dos consumidores de cereais sempre foi muito maior do que a dos de outros produtos, sendo os claros verificados nas fileiras destes últimos suscetíveis de serem preenchidos com mais facilidade, com a promoção de indivíduos oriundos das camadas inferiores da população, precisamente os que constituíam a massa dos que tinham no pão a base de sua dieta. Todavia, não se deve ser em tal evolução somente um aspecto exclusivamente negativo pois, como bem acentua Duby, o abandono das terras de má qualidade provocou uma alta nos índices de produtividade, o que também contribuiu para a queda nos preços dos produtos e essa tendência baixista mais acentuada dos preços em relação aos salários contribuiu para a melhoria do padrão de vida dos assalariados, assinalada por Abel.

(59). — Não conhecemos nenhum historiador que se incline para a explicação puramente monetarista. ROBINSON art. cit. [108] advoga uma combinação nas flutuações dos estoques monetários com uma mudança nos hábitos, embora tendendo a ressaltar o primeiro elemento da combinação. POSTAN, *The trade... Cambr. Econ. Hist.* pp. 210 sqq. [15b] e ABEL, *Agrarkrisen...* pp. 92 sqq. [56] e "*Die Wüstungen...*" pp. 108 sqq. [57] inclinam-se francamente para uma explicação demográfica, DUBY, *op. cit.* [71] admite uma melhoria no nível de vida dos sobreviventes das várias ondas de despovoamento provocando uma mudança nos gostos, encontrando-se na raiz de todo o problema o retrocesso demográfico (T. 2, pp. 563 sqq.).

Estariamos, nesse caso, em presença de transformações que, embora originárias da crise, apresentariam auspiciosos aspectos positivos, podendo ser caracterizadas como mutações e não simples decadência. Mas também seria excessivo otimismo apenas ver os aspectos positivos, pois tais mutações comportaram aspectos muito menos entusiasmantes, a começar por uma tendência à proliferação de marginais, em geral itinerantes e em sua maioria camponeses, estimulados em suas perambulações pelas perspectivas de melhor sorte nas cidades, visto que a situação agrícola apresentava-se difícil (60). Nas cidades, porém, a política monopolista das corporações opunha uma barragem de difícil transposição à sua integração nas diversas profissões, forçando-os a recorrer à mendicância e formas mais perigosas de atividades não-produtivas. Isto porque, quaisquer que fossem os aspectos positivos das transformações em marcha, não devemos jamais nos esquecer que a conjuntura geral era de contração e o comércio e o artesanato também se encontravam a braços com problemas consideráveis, tornando as guildas e corporações mais rígidas em seus regulamentos e mais avessas que nunca ao elemento estranho à comunidade profissional e, assim, não obstante a insuficiência da mão-de-obra disponível, a promoção de elementos estranhos aos ofícios era dificultada ao máximo (61).

A classe senhorial, igualmente, passou por sérias dificuldades e, à tendência que já mencionamos acima para a queda de seus rendimentos em vista da alta nos preços enquanto as prestações em dinheiro tinham valor nominal fixo, somava-se agora a retração do consumo de cereais, então, via de regra, a principal produção comerciável das senhorias. Contudo, para os senhores a nova situação apresentou também um lado vantajoso e eventual, pois a morte de seus dependentes, sem herdeiros — fato comum, sobretudo quando das epidemias de peste — permitiu-lhes dispor das respectivas terras em condições mais favoráveis, o que somente se verificou, porém, no caso de solos de boa qualidade visto que a situação mais frequente era aquela em que o senhor dispo de um lote tinha dificuldades em encontrar quem o cultivasse, tal a rarefação da mão-de-obra.

Pelo exposto, depreende-se ter sido o século XIV uma fase de profundas perturbações econômico-sociais, demográficas e políticas, persistindo tais tendências durante o século XV. A elas somar-se-iam dificuldades consideráveis em, praticamente, todos os setores da sociedade européia: crise religiosa, delineada com o conflito entre Fili-

(60). — GLENISSON e MISRAKI, *Désertions rurales...* *passim* [112b].

(61). — SCOTT, *Medieval Europe* pp. 312. sqq. [109].

pe-o-Belo e Bonifácio VIII, momentaneamente resolvida com a transferência do Papado para Avinhão em 1309, mas eclodindo violentamente com o Grande Cisma de 1378, sendo que as rebeliões locais contra a autoridade pontifical — caso de Wycliff na Inglaterra ou João Huss na Boêmia — ainda mais a agravaram; decadência do ensino universitário, até então o eixo da educação superior; degenerescência do gótico clássico em flamejante, na arquitetura e artes plásticas, etc. Embora significativos para caracterizar uma tendência geral de caráter crítico, fogem tais aspectos ao objeto específico do presente trabalho, motivo pelo qual nos dispensamos de entrar em pormenores a respeito.

Resta, contudo, em suspenso, o problema da significação global da crise. Embora sem a pretensão de resolver cabalmente um problema desse vulto, o que seria muito difícil mesmo num trabalho de proporções mas amplas do que o nosso, acreditamos serem pertinentes algumas considerações a respeito.

Sempre que se tenha a pretensão de estabelecer as linhas básicas de evolução num período amplo, surgem problemas que tornam qualquer interpretação, por mais engenhosa que seja, incompleta e incapaz de abarcar com a mesma propriedade todos os aspectos particulares que, frequentemente, entram em contradição com o sistema explicativo global. Se a essas dificuldades, inerentes a qualquer projeto histórico dessas proporções, somarmos a insuficiência de estudos acurados de questões menores, mas essenciais (62) e, ainda por cima, pelo fato de tais pesquisas terem por base uma documentação a que não faltam lacunas — e das mais sérias — não custa muito concluir ser difícil conceber-se uma interpretação de conjunto dos dois últimos séculos da Idade Média que não esteja sujeita a reparos e discussões. De nossa parte, pretendemos tão somente evocar os problemas que uma tal empreitada coloca, a fim de situar o nosso estudo da legislação econômica e social provocada pela Peste Negra de 1348 numa perspectiva mais ampla. O primeiro ponto a ser ressaltado — antes de entrarmos em problemas mais específicos — é o de que considerações dessa ordem se revestem inevitavelmente de um caráter acentuadamente especulativo, por maior que seja a intenção de objetividade dos que a elas se dediquem (63). Tal tendência ainda mais se

(62). — Os levantamentos mais recentes, tanto quanto saibamos, dos problemas em suspenso são El. CARPENTIER, *passim* [67], J. HEERS, *op. cit.*, todo o livro III (Problèmes et directions de recherche), pp. 263-370 [79] e GRAUS, *op. cit.*, *passim* [77].

(63). — Como diz ABEL, *Agrarkrisen...* p. 43 [56]: “Es kann keinem Historiker verwehrt werden, diejenigen Erscheinungen nach vorne zu ziehen, die ihn von seiner Frage oder von seinem Fach aus besonders interessieren.

acentua em se tratando de um período como a Idade Média, dado que — mesmo que a massa de estudos particulares que se fazem necessários antes de se chegar a uma interpretação global razoavelmente fundamentada venha a ser realizada — a própria natureza da documentação, lacunosa e imprecisa, somente em casos esporádicos permitira chegar-se a resultados quantitativamente exatos, os quais, pelo menos em relação a questões econômicas e demográficas, são essenciais (64), sendo o medievalista obrigado a contentar-se, mais do que com dados precisos, com índices aproximativos.

A primeira questão a ser levantada diz respeito à existência de um elemento central gerador da contração, visto que no início do presente capítulo focalizamos algumas interpretações partidárias de posições desse gênero e às quais apresentamos algumas objeções, parecendo-nos, de uma forma geral, difícil aceitá-las incondicionalmente, apesar de respeitarmos todas as hipóteses convenientemente fundamentadas. A guerra, o excesso de população exigidor de um reajustamento, o clima, as dificuldades monetárias e a deficiente estrutura de investimentos conduzindo à ausência de progressos técnicos significativos foram sucessivamente aventados, sendo que em todas essas teorias pode-se detectar o inconveniente de explicarem satisfatoriamente apenas algumas manifestações da depressão, deixando outros aspectos mal esclarecidos e de, eventualmente, se ajustarem a uma ou outra região mas não ao conjunto da Europa Ocidental.

Uma outra forma de propor a mesma questão seria a de interrogar-se a respeito da existência de uma interligação necessária —

Es mag sein, dass sie im Grunde zusammenhängen, doch sicher ist dies nicht. Das bedarf in 1 jedem Fall besonderer Prüfung. Nur soviel ist gewiss, dass die Erscheinungen der spätmittelalterlichen Agrardepression viele Möglichkeiten einer Interpretation bieten... Viele und recht verschiedene Blickpunkte sind möglich, nur erscheint es misslich, von so verschiedenen Punkten aus gegen anders orientierte Darstellungen zu polemisieren”.

(64). — “The contraction, like the expansion which preceded it, is easier to diagnose than to measure” (M. M. POSTAN, *The trade of Medieval Europe... Cambr. Econ. Hist.*, T. II, p. 191 [15b]). Por outro lado, LOPEZ e MISKIMIN, *The Economic Depression of Renaissance. EHR*, 1962 [93] reuniram os dados disponíveis a respeito do movimento de construção de muralhas nas cidades, da evolução demográfica da Inglaterra e Catalunha, do comércio de lãs, das trocas internacionais e do movimento bancário no fim da Idade Média, os quais, é bom frisar, não chegam a constituir séries contínuas, para caracterizar quantitativa e graficamente a contração. Esse trabalho foi posteriormente objeto de debate nas páginas da mesma publicação, quando então foi refutado por CIPOLLA, seguindo-se tréplica de LOPEZ e MISKIMIN (*Economic Depression of Renaissance? EHR*, 1964, pp. 519-529 [68], [92] e [95]). Do exame da questão conclui-se que essa tentativa de quantificação, apesar de sugestiva, não é indiscutível. V. tb. GRAUS, *op. cit.*, pp. 20 sqq. [77].

admitido o princípio de uma crise generalizada (o que aceitamos como uma tendência geral do período, ressalvadas, de um lado, a desigualdade na intensidade de suas manifestações conforme a região considerada e, de outro, a existência de fases de expansão e mesmo a possibilidade de esta ter sido praticamente contínua em algumas regiões) — entre as suas várias manifestações. Confessamos tender a uma resposta negativa. Assim, constata-se nesse período, por exemplo, a manifestação de uma crise religiosa que — embora somente tenha adquirido grandes proporções com o Grande Cisma de 1378 — já apresentou contornos nitidamente delineados com a transferência da sede do Papado de Roma para Avinhão em 1308, enquanto na década de 1310-1320 assistimos a uma série de más colheitas que provocaram crises de abastecimento — atingindo o auge na grande penúria de 1314-1317 — e que foram acompanhadas por um elevado índice de mortalidade por inanição em vários pontos de Europa. Aqui coloca-se a questão: será possível estabelecer uma influência de um fato sobre o outro ou faze-los remontar a uma origem comum? Qualquer das duas modalidades de conexão nos parece muito difícil de ser estabelecida.

Nessas condições, torna-se razoável pensar numa série de desenvolvimentos paralelos de caráter crítico, com pontos de partida diversos e linhas evolutivas próprias, ainda que indiscutivelmente influenciando-se mutuamente com frequência. Assim, estamos próximos de uma visão pluralista e mesmo cumulativa da crise, admitindo tendências dissociativas, mas sem erigi-las em regra. Em tais condições, acreditamos poder afirmar que no fundo esta é a tendência da maioria dos medievistas estudiosos do período, embora nem todos se manifestem expressamente nesse sentido, pela simples razão de não terem todos os historiadores a preocupação de teorização sistemática, visto que a intuição nos diz ser a realidade por demais complexa e rica em desenvolvimentos paralelos e independentes, de um lado, e de ligações inesperadas e inter-influências imprevisíveis, de outro, para que todo um processo histórico possa ser explicado por um único fator.

Tais considerações, contudo, não esgotam todos os problemas interpretativos do período em questão — mesmo se nos restringirmos aos mais significativos — continuando, ao contrário, questões capitais por serem examinadas, vindo em primeiro lugar o significado geral da depressão em exame. Mais explicitamente, representariam os séculos XIV e XV uma fase “b” de depressão, situada entre duas fases “a” de expansão (os séculos XI a XIII antes e o século XVI depois, sendo que a esta última fase poderia ser eventualmente anexada

a derradeira quarta parte do século XV)? Esta tem sido a tendência de muitos especialistas no estudo do período e representa uma tentativa de aplicação da teoria econômica dos ciclos à história medieval. Tratar-se-ia de um *secular trend* (terminologia inglesa), ou *säkularen Wellen* (terminologia alemã) ou uma *longue durée*, na expressão consagrada por Braudel e também a mais utilizada em português (“longa duração”).

Deixando de lado a sua eventual utilização em outros setores e restringindo-nos estritamente ao campo econômico veremos que a sua aplicação à Idade Média apresenta sérios obstáculos, pois para se estabelecer com segurança essas flutuações de longa duração fazem-se necessárias séries contínuas de dados quantitativos e que cubram o conjunto da área geográfica cuja evolução se deseja delinear (65). Ora, até o século XVI torna-se necessário se contentar com dados predominantemente qualitativos, sendo extremamente descontínuos os quantitativos. É verdade que estudos minuciosos em zonas relativamente virgens a esse respeito poderão mudar sensivelmente o panorama, mas, por enquanto, os dados levantados tornam extremamente precária qualquer tentativa de uma apreciação global, sendo que o século XIV é exatamente a época em que começam a surgir documentos fornecedores de dados numéricos em proporção relativamente significativa que permitem, ainda que com dificuldades e lacunas sérias, o estabelecimento de séries de dados quantitativos. Antes de 1300 é bastante difícil estabelecer curvas de evolução de preços e salários, sendo que os dados mínimos indispensáveis para tanto são praticamente inexistentes para o período anterior a 1200.

Ora, para os séculos XIV e XV é possível a dedução de que o período apresenta sérias dificuldades de ordem econômica, sendo viável a conclusão de que se trata de uma fase de contração. Mas, com que base caracterizá-lo como uma fase “b” de depressão situada entre duas fases de expansão se os dados numéricos disponíveis são extremamente escassos até o século XVI, tornando impossível o estabelecimento de séries, mesmo que grosseiramente aproximativas, de preços e salários para aquela que seria a fase “a” de expansão, que precederia a contração do fim da Idade Média? Somente, é evidente, a partir de dados qualitativos, sempre tão pouco satisfatórios em tais domínios. Assim, verifica-se que, no domínio econômico, os problemas para a interpretação cíclica da crise do fim da Idade Média são quase insolúveis, impedindo conclusões absolutamente seguras. A

(65). — Num relatório coletivo apresentado no 10º Congresso Internacional de Ciências Históricas (Roma, 1955) MOLLAT *et al.*, *L'économie européenne... Relazioni del X Congresso...* [196], a questão é longamente discutida.

existência indubitável de certas dificuldades, como perturbações na esfera monetária ou as fortes flutuações nos preços dos cereais, bem como outros indícios isolados, são insuficientes para caracterizar uma depressão grave — comparável, por exemplo, à de 1929 — embora não deixem dúvidas quanto a uma tendência geral à contração. Muito mais problemática ainda se apresenta a idéia de uma crise generalizada que teve o seu núcleo gerador nas dificuldades de ordem econômica.

Mas a aplicação de teorias cíclicas não se restringe ao campo econômico e Ladurie, por exemplo, critica acerbamente a tendência frequente a aceitar cegamente a alternância automática de resfriamentos e aquecimentos por prazos fixos no que se refere ao clima (66). Na ausência de séries contínuas de médias de temperatura ou de índices pluviométricos anuais têm sido utilizadas, como argumentos comprobatórios das flutuações climáticas, transformações que relevam da atividade humana, como por exemplo o avanço ou recuo de determinadas culturas, as quais poderiam ser atribuídas também com grande dose de verossimilhança a mutações de ordem puramente econômica (67), como o recuo da vinha na Inglaterra ou a conversão de campos de produção cerealífera escandinavos em pastagens. Tais observações não implicam absolutamente em negar radicalmente a eventual influência de transformações climáticas sobre a evolução econômica do período, mas visam apenas a chamar a atenção para a cautela que a manipulação de dados dessa natureza exigem.

As próprias epidemias não têm escapado a explicações cíclicas e fala-se mesmo de um ciclo de epidemias de roedores de 3.864 anos,

(66). — LADURIE, *Histoire du climat...*, pp. 17 sqq. [86] cita os "... chercheurs (qui) ... ont été possédés par le démon de la *cyclomanie*. Douglass, le pionnier de la dendrochronologie américaine, a perdu des années à chercher dans ses "tree-rings", avec d'incroyables raffinements statistiques, le cycle "undecennal" des tâches solaires. Jevons père et fils, Henry Moore, en ont fait autant à propos du cours du maïs, du chômage et du prix des porcs a Chicago et Beveridge lui-même a été influencé par leurs travaux. Brückner a fit varier le thermomètre, les dates de vendanges et les langues terminales des glaciers sur un rythme de trente-cinq ans. Quant aux cycles "astroclimatiques" de quarante mille ans proposés par Milankovitch, et divisés em "subcycles", ils n'avaient pas fini, voici cinq ans, de faire des ravages. Ces spéculations débouchent parfois sur d'invraisemblables reconstructions prospectives: tel chasseur de cycles n'hésite pas, a partir de la périodicité qu'il a découverte, à extrapoler jusqu'au niveau futur de la Seine en l'an 2.000".

(67). — "... (les historiens du climat) n'ont pas étudié dès l'abord et pour lui-même, le climat fluctuant; mais ils se sont lancés d'emblée dans une entreprise différente et toute périlleuse: l'explication climatique de l'histoire humaine". E. L. LADURIE, *op. cit.*, p. 13 [86].

havendo, naturalmente, grande controvérsia a respeito (68). Mas, falando-se em epidemias toca-se já na esfera demográfica e aqui também as teorias cíclicas não têm faltado, podendo-se mesmo dizer que a primeira interpretação significativa das flutuações demográficas — a de Malthus — já apresenta uma certa tendência cíclica pronunciada — ainda que não haja menção de fases com número fixo de anos — ao estabelecer a inevitabilidade das crises populacionais — mediante os mais variados tipos de catástrofes — por ocasião das fases de super-população, a fim de restabelecer o equilíbrio entre a quantidade de habitantes e a capacidade de produzir alimentos, sendo que, uma vez este novamente atingido, a tendência ao incremento demográfico reinicia-se.

O automatismo e o caráter simplista de tal teoria tem suscitado críticas severas, sendo lembrado que os termos “sub-população”, “super-população” e “equilíbrio populacional” têm uma significação relativa, condicionados que estão a muitas variáveis, estando entre as mais significativas a capacidade de produzir alimentos e a racionalidade dos processos de distribuição dos mesmos. Nesse sentido, vale a pena evocar brevemente a teoria dos limites crescentes de Wageman, objeto de uma análise de Braudel (69), exemplar pela clareza e que propõe algo que poderíamos classificar como uma concepção espiral das alternâncias cíclicas.

Segundo Wageman, a cada etapa do desenvolvimento histórico de um dado povo ou civilização corresponde uma respectiva evolução demográfica: partindo tal evolução de um estágio de sub-povoamento, vai este sendo atenuado até atingir-se um ponto de saturação — depois de atravessada uma fugaz fase de equilíbrio — ou super-povoamento, resultando de tal ruptura de equilíbrio uma crise, entrando tal povo ou civilização num novo estágio de desenvolvimento demográfico, subentendendo-se que a ele corresponderia uma nova fase na sua evolução histórica. O aspecto mais interessante dessa teoria reside no fato de que, em lugar de fazer suceder mecanicamente fases “a” de expansão e fases “b” de depressão, teríamos algo como uma sucessão deste tipo: “a” (expansão) — “b” (depressão) — “a¹” (expansão) — “b¹” (depressão) — “a²” (expansão) — “b²” (depressão)... e assim até o infinito. Por sua vez, o índice de sub-povoamento, medido pela densidade de habitantes por Km² na fase “a¹” é sensivelmente superior ao da fase “a”, o mesmo ocorrendo com o índice de super-povoamento na fase “b¹” em relação à fase “b”, e assim por

(68). — RUSSEL, *Effects of Pestilence and Plague 1315-1385 CSSH* [138]; LOPEZ, *Naissance de l'Europe...* p. 37 [30].

(69). — BRAUDEL, *La démographie... Écrits...* pp. 195-207 [14a].

diante. Os mais variados fatores — estágio tecnológico, fluência na circulação da produção, índice de racionalidade na distribuição de riquezas, etc. — influiriam na modificação dos referidos níveis de sub ou super-povoamento e, na prática, um raciocínio semelhante tem conduzido os medievistas a falar de uma saturação demográfica nos fins do século XIII (70). Como hipótese de trabalho essa teoria é inegavelmente interessante, chocando-se, porém, a sua aplicação ao período medieval ao obstáculo de sempre: a insuficiência de índices numéricos dignos de confiança, essenciais pelo fato de Wageman estabelecer cifras precisas para a passagem de uma etapa a outra na evolução demográfica (71).

Ao nos aproximarmos do final destas considerações gerais sobre o problema da depressão do fim da Idade Média, terá o leitor por vezes tido a impressão de que tendamos a duvidar, pura e simplesmente, de sua existência, o que, em absoluto, não é o nosso ponto de vista. O que nos pareceu necessário foi frisar as dificuldades para medir a sua extensão e identificar os seus mecanismos, sobretudo

(70). — Respondendo à objeção de ROBINSON art. cit. [108] de que com menos de 100 milhões de habitantes seria absurdo falar-se de uma Europa Ocidental super-povoada POSTAN, Note, p. 81 [104], lembra: "What if the population of Europe in fact was less than 100 million? Over population is a relative concept: relative to the state of knowledge, technical equipment and capital investment. And in the relative terms appropriate to the early stone ages even one million would have produced gross over population in Western Europe".

(71). — Numerosos têm sido os estudos recentes de demografia medieval, fazendo RUSSELL, *Recent Advances in Medieval Demography*, Sp, T. 40, 1965, *passim* [45], um balanço crítico precioso, mas praticamente em todos os casos os resultados obtidos têm sido objeto de controvérsia. Além da impossibilidade de se chegar a cifras precisas, dado que, via de regra, os documentos medievais suscetíveis de um tratamento demográfico — em geral levantamentos com finalidades fiscais, — indicarem cifras de fogos, ou unidades familiares, por vezes mesmo tais cifras são contestadas: o levantamento de paróquias e fogos da França de 1328, estudados por F. LOT [31] indica para Paris um total de 61.098 fogos e independentemente de qualquer consideração quanto ao número de indivíduos que pudesse comportar um fogo médio Ph. DOLLINGER, [21] considera tal cifra pura e simplesmente falsa e — em vez dos aproximadamente 200.000 habitantes que ela forneceria — propõe para a capital francesa uma população de 80.000 habitantes, baseado no "livro de talhas" de 1292. Tais conclusões são indiretamente colocadas em questão por G. FOURQUIN, [22], enquanto El. CARPENTIER e J. GLÉNISSON, [17], p. 129 propõem que as indicações sejam feitas simplesmente em fogos (o que, diga-se de passagem, não resolve o problema da população de Paris, visto que o próprio número de fogos é colocado em causa). Mas não é tudo: examinando um a um os argumentos de Dollinger, Br. GEREMEK [25] os refuta categoricamente e acentua a perfeita verossimilhança dos números baseados no levantamento de paróquias e fogos. Esse exemplo indica de forma bastante expressiva as dificuldades dos estudos demográficos para a Idade Média em chegar a resultados incontroversos.

em setores — como o econômico e o demográfico — em que dados estatísticos precisos são necessários, o que torna difícil ir muito além de conjecturas — ressalvados casos isolados excepcionais, preciosos como indicadores de tendências, mas insuficientes para uma apreciação global — na caracterização adequada da evolução de uma fase decididamente pré-estabelecida. Se os dados estatísticos são precários, isso não impede, porém, que a sua combinação com indícios qualitativos nos permitam detectar um estado de inequívoca depressão demográfica, uma evidente contração econômica, perturbações sociais sérias, dificuldades religiosas, graves problemas políticos, a predominância de traços profundamente pessimistas na literatura e na arte, além de outras tendências análogas, a nos conduzir à conclusão da existência de uma depressão generalizada.

Uma vez admitida a existência da depressão, resta a questão de sua significação profunda: foi um fenômeno passageiro ou tratou-se de uma fase de ruptura estrutural? Representou ela uma estagnação momentânea, retardadora de uma evolução favorecedora de um desenvolvimento generalizado em todos os setores das atividades humanas, ou se constituiu no pesado preço a pagar por mutações indispensáveis? São perguntas que dificilmente poderiam ser respondidas breve e peremptoriamente e cujas respostas ainda mais dificilmente escapariam a uma tendência pronunciada à especulação subjetiva, não sendo difícil defender tanto a *profundidade* quanto a *superficialidade* da crise, sendo que, em todo caso, o curso ulterior da história nos permite concluir que os maus efeitos da crise não impediram a Europa Ocidental de passar por um processo de profunda renovação nos fins do século XV e durante o século XVI, induzindo-nos a considerar — feito um balanço — passageiras as manifestações da crise, por piores que elas tenham sido.

No que diz respeito à depressão demográfica do fim da Idade Média — talvez o fulcro central de toda a questão — talvez se possa admitir, independentemente de considerá-la benéfica ou maléfica, que ela foi até certo ponto *inevitável*, embora se deva ressaltar que os mecanismos repressores da tendência ao crescimento populacional possam ser variáveis. Em outras palavras, o restabelecimento do equilíbrio através de catástrofes pode se verificar, e *teria se verificado no fim da Idade Média*, mas também pode não ocorrer, sendo viável conceber-se outros processos (transformações nas técnicas de produção de alimentos e modificação dos processos distributivos, contenção voluntária da procriação, etc.). Abel, por exemplo, defende a posição de que é difícil conceber-se a inexistência de mecanismos interruptores da expansão demográfica contínua, pois caso contrário a Alema-

nha contaria hoje com 250 milhões ao invés dos 73 milhões de habitantes com que ela contava em 1961 (resultado aproximativo da soma da população das duas Alemanhas) (72). Se pensarmos que — sem menosprezar a importância das crises alimentares redundando em fome generalizada, as doenças de todos os tipos e suas recorrências e os desgastes da guerra, sobretudo a Guerra dos Trinta Anos no século XVII — a Peste Negra de 1348 foi provavelmente o acontecimento que mais repercussões teve na evolução demográfica da Europa Ocidental, não podemos deixar de concluir que é difícil exagerar a sua importância histórica. Igualmente difícil é conceber-se um acontecimento dessa magnitude na esfera demográfica que não tenha tido um forte reflexo no desenvolvimento econômico e na evolução social.

Quaisquer que seja mas dúvidas e hesitações quanto à extensão da crise no fim da Idade Média o fato é que ela existiu e, se são inegáveis os sintomas de dificuldades nos mais variados setores da vida humana, provavelmente aquele em que a depressão parece ter sido mais pronunciada ou — pelo menos — mais evidente, é o demográfico. Historiadores têm tentado reduzir o alcance do desgaste populacional da Peste Negra de 1348-1349, procurando demonstrar que a soma dos efeitos das recaídas epidêmicas de tal moléstia foram no conjunto mais sensíveis, mas se considerarmos apenas fatos isolados foi ela provavelmente a maior catástrofe demográfica da história e, nessa condição, um elemento capital para a compreensão da depressão do fim da Idade Média.

(*Continua*).

(72). — “Es ist auch leicht einzusehen, dass die Bevölkerungszunahme, die in den Jahrhunderten des Hohen Mittelalters beobachtet werden konnte, sich nicht hätte fortsetzen können, weil dann allein Deutschland heute kaum weniger als 1/4 Milliarde Menschen besitzen müsste”. W. ABEL, *Agrarkrisen...*, p. 48 [56].